

ATA N.º 10/2014:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2014:

No dia sete de maio de dois mil e catorze, pelas dezasseis horas e quinze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Presidente dá conhecimento que, na sequência do pedido de suspensão do mandato entre 1 de maio a 1 de junho do ano em curso, apresentado pela Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho, convocou o Sr. António Manuel da Silva Braz para a substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 1).**

O **Sr. Presidente dá conhecimento da ausência do Sr. Vereador Luís Miguel Calha nesta reunião, por este se encontrar no Porto, em representação do Município de Palmela como membro do Conselho Diretivo da RECEVIN - Rede de Cidades Europeias do Vinho na cerimónia de assinatura do Protocolo denominado *Wine in Moderation* (Vinho com Moderação), estando a falta devidamente justificada.**

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado 2014

PONTO 2 – Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela e da Medalha Municipal de Mérito 2014

PONTO 3 – Opção de venda da participação da Câmara Municipal de Palmela no capital social da AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, no âmbito do processo de privatização da EGF

PONTO 4 – Apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes: adenda ao Protocolo de Colaboração com as Associações de Bombeiros do Concelho

PONTO 5 – Proposta de Protocolo de Colaboração com a Fertagus, SA, no âmbito do Projeto da Academia de Proteção Civil de Palmela

PONTO 6 – Combustíveis rodoviários, em regime de fornecimento contínuo – Abertura de concurso público

PONTO 7 – Contrato de Comodato entre o Município e o Rotary Club de Palmela

PONTO 8 – Atribuição de apoio financeiro ao Palmelense Futebol Clube

PONTO 9 – Convénio de cooperação entre as Cidades Europeias do Vinho

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro a Ranchos Folclóricos

PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro às Festas Populares de Pinhal Novo

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado no n.º 2 e para os efeitos do n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, e bem assim do que dispõe o n.º 2 e n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15.11, na sua redação atual conferida pelo Decreto-Lei 30/2008, de 10.07 (C.P.A.), a Câmara Municipal deliberou a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Exm.º Senhor Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, **por unanimidade**, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

• **ATA n.º 03/2014 - Reunião ordinária de 05 de fevereiro de 2014 – Aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.**

Informações / Assuntos diversos:

• **Semana descentralizada dedicada à Freguesia de Quinta do Anjo** – O Sr. Presidente dá conhecimento que a *Semana descentralizada dedicada à Freguesia de Quinta do Anjo* decorre de 19 a 23 de maio. Este projeto insere-se numa política de contacto com as freguesias, instituições e empresas e, neste caso, com a população da Freguesia de Quinta do Anjo. O programa é extenso e contempla um conjunto de reuniões de trabalho, visitas a

escolas, instituições e empresas e, também, reuniões com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. A reunião de Câmara realiza-se à quarta-feira à noite (dia 21 de maio), às 21:00 horas, no Grupo Popular e Recreativo Cabanense.

• ***Assinatura do Protocolo entre a Recevin e o Wine in Moderation*** – O Sr. Presidente

menção que, em aditamento à informação prestada no início desta reunião aquando da sinalização da ausência do Sr. Vereador Luís Miguel Calha, que se realiza hoje no Porto, nas Caves Sandeman, a assinatura de um Protocolo entre a Recevin – Rede de Cidades Europeus do Vinho e o Programa Vinho com Moderação – *Wine in Moderation*. O programa Vinho com Moderação é o resultado da iniciativa do setor europeu do vinho, e tem como principal objetivo a promoção do consumo responsável do vinho como norma social e cultural, privilegiando a prevenção e a redução do abuso e dos malefícios relacionados com o álcool.

Mais refere que o Município de Palmela, como membro do Conselho Diretivo da Recevin, vai estar presente nesta cerimónia e será representado pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha. Com uma expressão tão elevada do vinho na economia local do concelho de Palmela e desta região, e com um trabalho de décadas em estreita cooperação com os produtores de vinho, este projeto integra, já há algum tempo, as linhas de trabalho do Município de Palmela na promoção e apoio a este setor. Foi implementado, em parceria com a Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (CVR-PS), quando Palmela foi Cidade Europeia do Vinho, um projeto de educação e sensibilização para o consumo moderado do vinho: o WINE IN junto dos jovens das Escolas Secundárias.

Termina dizendo que o Protocolo em questão será, certamente, uma nova oportunidade de aprofundar a promoção da cultura do vinho, porque esta é, também, a cultura da apreciação. Trata-se de um ato cultural, mas é, sobretudo, um ato de discernimento do consumo responsável.

• ***19.ª Edição da Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão, em Fernando Pó / Feira de Vinhos do Concelho de Palmela*** – O Sr. Presidente informa que, no próximo fim-de-semana (dias 09, 10 e 11 de maio), a aldeia de Fernando Pó volta a ser a capital do vinho da Península de Setúbal. Durante três dias, os visitantes podem provar os 29 vinhos tintos e 13 brancos que vão animar o pavilhão das provas. Os vinhos tintos, produzidos no território de Marateca e Poceirão, serão alvo de avaliação pela câmara de provadores da CVR-PS e serão distinguidos em cerimónia própria no domingo ao final da tarde. Desde as primeiras edições, a organização da *Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão, em Fernando Pó*, tem sabido acrescentar conhecimento a esta iniciativa, não ficando apenas pelo aspeto lúdico e comercial. Este ano, o Colóquio de sábado de manhã abordará a preservação e seleção das castas como aspeto determinante para o tipo de vinhos que se pretende produzir na região.

Acrescenta que a *Mostra de Vinhos* oferece, também, aos visitantes uma *Feira de Vinhos* onde se podem provar e adquirir alguns dos melhores vinhos produzidos nas areias da Península de Setúbal. Existe, ainda, um espaço de convívio e animação, e uma área de gastronomia. Estes são ingredientes mais do que suficientes para justificarem uma deslocação a esta aldeia do concelho de Palmela, que se quer bastante dinâmica.

• ***Protocolo celebrado com a Parque Escolar para execução de obras na Escola Secundária de Pinhal Novo*** - O **Sr. Presidente** presta a seguinte informação:

. No âmbito do Protocolo aprovado com a Parque Escolar para a abertura do novo portão na Escola Secundária de Pinhal Novo e tratamento dos espaços exteriores, verifica-se que a Parque Escolar aprovou, no dia de ontem, o convite e a abertura do procedimento para a execução da obra, tendo a mesma sido orçada em cerca de 60.000 euros (valor acima do que está protocolado). A Parque Escolar comprometeu-se a ter efetivada a adjudicação até final do mês em curso, pelo que se estima o início dos trabalhos para o final da primeira quinzena de junho próximo. Os trabalhos vão durar cerca de um mês e meio. O mais importante é a confirmação que já é pública (vem expressa na comunicação social) de que a Escola Secundária de Pinhal Novo está classificada entre as 14 escolas às quais foi levantada a suspensão das obras, depois de ter renegociado uma linha de crédito com recurso a fundos comunitários e ao Orçamento Geral do Estado. A comunidade educativa, os órgãos autárquicos e a população fizeram sentir a importância da conclusão da última fase daquela Escola que tão importante é para a sociedade.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes.

• ***Candidatura à Comissão Europeia - Pesquisa e Inovação – Advanced Digital Gaming / Gamification Technologies, ATEC / Câmara Municipal de Palmela*** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que a ATEC – Associação de Formação para a Indústria, dedicada ao desenvolvimento de cursos nos sistemas de educação e formação, aprendizagem e especialização tecnológica, está a desenvolver o projeto “Tu Importas” no âmbito da responsabilidade social, e envolve 100 jovens dos concelhos de: Palmela, Setúbal, Seixal e Sesimbra. No passado dia 23 de abril, submeteu à *Comissão Europeia, na área da Pesquisa e Inovação – Advanced Digital Gaming/Gamification Technologies*, uma candidatura, tendo como membros associados o INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto, uma escola alemã e a Câmara Municipal de Palmela. Nesta candidatura, os jogos digitais e os mecanismos de gamificação de contextos de lazer são aplicados a contextos de aprendizagem a grupos excluídos, promovendo, deste modo, a sua integração social. Prevê-se que a adjudicação da proposta por parte da Comissão seja efetuada entre os meses de setembro e outubro do ano em curso.

• ***Apresentação Pública do Projeto "Dar e Receber" da responsabilidade da Entreajuda e Cáritas Portuguesa*** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que a Câmara Municipal de Palmela aderiu a uma iniciativa de âmbito nacional, designada de "Dar e Receber", em resultado de uma parceria estabelecida entre a Cáritas Portuguesa e a Entreajuda. Este projeto, apresentado publicamente em Lisboa no passado dia 30 de abril, pretende impulsionar a participação da sociedade civil, junto daqueles que se encontram em situação de fragilidade social. Partindo de uma plataforma digital que reúne soluções já existentes, como: a Bolsa de Voluntariado, o Banco de Bens Doados, entre outras; o projeto em questão pretende concertar as respostas e impulsionar a participação de todos para a solidariedade e cidadania.

Mais refere que podem associar-se a esta plataforma: a comunidade, escolas, Juntas de Freguesia, associações, IPSS's, para conceder tempo, saberes, competências ou outros recursos de que disponham, numa lógica de entreajuda, cooperação e solidariedade.

Prevê-se que, no concelho de Palmela, a apresentação pública ocorra em junho próximo.

• ***Dia Europeu da Solidariedade e Cooperação entre Gerações – II Encontro "Intergeracionalidade: Desconstruir os Mitos das Idades"*** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a Câmara Municipal de Palmela assinalou, no dia 29 de abril, no Auditório Municipal de Pinhal Novo, o *Dia Europeu da Solidariedade e Cooperação entre Gerações, com o II Encontro "Intergeracionalidade: Desconstruir os Mitos das Idades"*, integrado no projeto "Clique sem Idade". A iniciativa contou com cerca de 90 participantes e foi mais uma oportunidade de sensibilização para a importância da partilha de conhecimento e experiências entre as diferentes gerações do concelho. Associou a reflexão, o debate e a arte, através de momentos de representação teatral sobre Solidariedades Intergeracionais e a peça de teatro "O frigorífico e o telemóvel", protagonizados por alunos da Escola Secundária de Pinhal Novo, associados da ARPI – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo e participantes no projeto "Clique Sem Idade", sob coordenação técnica da Professora Daniela Oliveira, da Escola Secundária de Pinhal Novo. "Diálogos sem preconceitos entre Gerações", foi um dos painéis do Encontro que contou com a colaboração de Maria João Quintela, Presidente da Associação Portuguesa de Psicogerontologia e membro do grupo de trabalho português "Advocacy para Políticas Intergeracionais", painel moderado por Alexandre Silva, da Associação Juvenil Os Indiferentes.

Acrescenta que, no âmbito destas comemorações, a Biblioteca Municipal de Pinhal Novo disponibiliza, até 15 de maio, o "ComGerações + informação", que é um espaço de divulgação literária sobre a temática do envelhecimento e da relação entre gerações.

• **19.ª Edição do Fantasiarte** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que a **19.ª Edição do Fantasiarte** é constituída por 81 programas e envolve 3.116 participantes, decorre para o 2.º e 3.º ciclo e secundário, nos dias 08 e 09 de maio, no Auditório Municipal de Pinhal Novo, e de 22 a 30 de maio, no Cineteatro S. João em Palmela.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa ainda do seguinte:

. Na 1.ª fase, para além das Escolas Secundárias de Palmela e Pinhal Novo e das Escolas Básicas José Maria dos Santos, Hermenegildo Capelo e José Saramago; a edição acolhe dois programas da APPACDM (Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) e um programa com participantes do projeto 'Clique Sem Idade' em colaboração com a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo e alunos da Escola Secundária de Pinhal Novo.

. Na 2.ª fase, as crianças envolvidas nos 62 programas do pré-escolar e 1.º ciclo representam 20 Escolas e duas Associações de Pais, sete Instituições Particulares de Solidariedade Social e três entidades privadas.

Conclui dizendo que o Município de Palmela concilia a comunidade educativa com as expressões artísticas, promovendo a educação pela arte como componente essencial da educação e formação ao longo da vida, e reafirma-se como Município educador, onde cada um se exprime e afirma a sua singularidade e, deste modo, contribui para uma comunidade mais festiva.

• **Resultados desportivos relevantes de atletas do concelho (Orientação)** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** dá conhecimento que os atletas Ricardo Esteves (Escola Secundária de Pinhal Novo) e Bernardo Pereira (Escola Secundária de Palmela), foram convocados para representar Portugal no Campeonato da Europa de Jovens (Orientação), a realizar entre 20 e 28 de junho deste ano, na Macedónia, integrando uma delegação de 11 atletas.

Mais informa que o atleta Luís Silva, residente no concelho e ex-aluno da Escola Secundária de Pinhal Novo, foi convocado para representar a seleção de Portugal no Campeonato do Mundo de Juniores (Orientação), a realizar entre 17 e 28 de julho, na Bulgária.

A **Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho** saúda os presentes.

• **Remodelação de uma conduta de água – Marquesas I e III** – A **Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho** refere que está em curso, desde 28 de abril, a empreitada de remodelação de uma conduta água. Esta obra vai melhorar o serviço de abastecimento de água na zona das Marquesas I e III. É uma intervenção que inclui a substituição de cerca de 400 metros de conduta de diâmetro de 400 mm e está a ser executada por administração direta, prevendo-se que esteja concluída no final de maio. Enquanto dura a obra, o abastecimento de água àquela

zona está a ser assegurado por manobras da rede de abastecimento com fornecimento garantido, através de uma conduta alternativa. Embora os valores se encontrem dentro dos limites regulamentares, há nota de haver, pontualmente, alguma redução na pressão, mais sentida nos pontos mais elevados de: Bairro dos Marinheiros, Bairro Alentejano, Bairro Assunção Piedade, Marquesas I e III e Zona Sul da A2. As ocorrências são pontuais e transitórias, e os serviços camarários estão a tentar minorar, mas que são inerentes a esta intervenção que, sem dúvida, irá melhorar o abastecimento de água na zona.

A **Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho** realça o esforço da Autarquia e dos seus trabalhadores, porque a empreitada está a ser executada por administração direta. Por este facto, consegue-se a execução da obra por um valor muito inferior àquele que seria se esta fosse adjudicada a uma empresa (a redução é inferior a 50%).

O Sr. Presidente propõe a admissão para discussão no *Período Antes da Ordem do Dia* de:

. Saudação (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho) – A ser apresentada pelo Sr. Vereador Adilo Costa.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação para discussão e votação.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** passa à apresentação da Saudação:

SAUDAÇÃO (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho)

“A Câmara Municipal de Palmela saúda e felicita a ginasta da Sociedade Filarmónica Estrela Moitense, Margarida Agostinho, residente em Pinhal Novo, que se sagrou Campeã Nacional de Tumbling, individual e por equipas, no escalão de iniciados femininos, no Campeonato Nacional de Mini-Trampolim e Tumbling 2014, realizado no dia 3 de maio de 2014, no Pavilhão Municipal dos Pousos, em Leiria.

Com esta conquista, a Margarida renova o título de Campeã Nacional individual e garante a participação na Taça de Portugal de Tumbling, que se realiza nos dias 21 e 22 de junho, em Sangalhos, dando sequência ao conjunto de bons resultados obtidos no seu trajeto desportivo.

Confirmando-se como uma das maiores esperanças da modalidade, a ginasta encontra-se a realizar as Provas de Apuramento para o Campeonato do Mundo por Idades que se realizará de 14 a 16 de novembro, em Daytona, nos Estados Unidos da América.

Reunida em Palmela, a 7 de maio de 2014, a Câmara Municipal de Palmela aprova o voto de saudação a Margarida Agostinho e expressa o seu desejo para que esta continue a sua evolução desportiva, dignificando e promovendo o concelho de Palmela.”

Submetida a *Saudação* (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

O **Sr. Presidente** menciona que estão para ser apresentados dois Votos de Congratulação sobre o mesmo tema, e que são os seguintes:

. **Voto de Congratulação (Autoeuropa aposta no concelho de Palmela)** – Voto de Congratulação da CDU;

. **Voto de Congratulação (Autoeuropa aposta no concelho de Palmela)** – Voto de Congratulação do PPD-PSD/CDS-PP.

Face ao que, o **Sr. Presidente** sugere ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro que aceite retirar o Voto de Congratulação da Coligação PPD-PSD/CDS-PP e seja unicamente apresentado o Voto de Congratulação da CDU, uma vez que o tema é o mesmo. Sugere, ainda, que o Voto de Congratulação em causa seja subscrito por todos os membros do executivo.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** aceita a sugestão formulada pelo Sr. Presidente.

Em seguida, o Sr. Presidente propõe a admissão para discussão no *Período Antes da Ordem do Dia* de:

. **Voto de Congratulação (Autoeuropa aposta no concelho de Palmela)**

Aprovada, por unanimidade, a admissão do Voto de Congratulação para discussão e votação no *Período Antes da Ordem do Dia*.

O **Sr. Presidente** propõe que seja o Sr. Vereador Paulo Ribeiro a ler o Voto de Congratulação.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** passa à apresentação do Voto de Congratulação.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO (Autoeuropa aposta no concelho de Palmela)

(O Voto de Congratulação é subscrito por todos os membros do executivo camarário)

“O Estado português e a Autoeuropa assinaram na passada semana um contrato de investimento de 678 milhões de euros, a realizar até 2019.

No âmbito deste contrato, até 2022, a Autoeuropa pretende atingir vendas acumuladas de 20 mil milhões de euros e duplicar o volume de exportações; ao mesmo tempo que se pretende, até 2017, criar 500 novos postos de trabalho, que poderão ascender a mais de 1500.

Passados 23 anos e 3.5 mil milhões de euros de investimento depois, a Autoeuropa constitui-se, sem dúvida, como o maior investimento estrangeiro que opera em Portugal, com números que impressionam e que vale a pena recordar:

- emprega diretamente 3339 postos de trabalho;

- produziu cerca de 90 mil veículos em 2013 e exportou cerca de 1600 milhões de euros (representa cerca de 4% das exportações do nosso País), sendo o grupo Volkswagen o terceiro maior exportador;
- cerca de 99% da produção da AutoEuropa é exportada;
- tem um volume de negócios acumulado que ascende a cerca de 33 mil milhões de euros;
- tem um contributo estimado de cerca de 1% para o crescimento do PIB.

Em 2012, as compras da AutoEuropa a empresas fornecedoras nacionais totalizaram perto de 1000 milhões de euros. E, de um total de quase 700 unidades empresariais que fornecem a AutoEuropa, cerca de metade são portuguesas.

Mas se a AutoEuropa foi fundamental na criação do *cluster* automóvel nacional, o seu papel continua a ser primordial nos dias de hoje, agora ao nível da sua dinamização, como tem sido o propósito do FIAPAL – Fórum da Indústria Automóvel de Palmela, a que preside e onde o município participa como secretário da Direção desta associação.

Articuladamente com a estratégia de desenvolvimento e sustentabilidade da Autoeuropa, a Câmara Municipal, com a recente aprovação de medidas de incentivos e de redução de taxas a aplicar aos projetos de investimento, procura criar sinergias contribuindo para a fixação de mais empresas, fornecedores e logística nas áreas de localização e instalação de empresas.

Este investimento, através do forte empenho do Estado português em promover a captação de investimento estrangeiro, vem permitir uma maior aposta no concelho de Palmela, originando a criação de centenas de postos de trabalho para a população, bem como a sustentabilidade e desenvolvimento de outras empresas ligadas ao setor.

Como tal, a Câmara Municipal de Palmela, reunida em 07 de maio de 2014, congratula-se com o acordo de investimento alcançado entre o Estado e a Autoeuropa, que permite a criação de postos de trabalho e um significativo investimento no concelho e no distrito, contribuindo para elevar o nível de vida e de bem-estar dos seus habitantes.”

Submetido o Voto de Congratulação (Autoeuropa aposta no concelho de Palmela) a votação, foi a mesmo aprovado, por unanimidade e em minuta.

Questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia:

O **Sr. Vereador António Braz** apresenta cumprimentos.

• **Recolha de monos** - O **Sr. Vereador António Braz** constata que por todo o concelho há monos dispostos junto aos contentores do lixo que não são recolhidos, por exemplo: ramos de árvores, ramos de palmeiras, restos de relva, restos de obras. Questiona se a responsabilidade

pela recolha de monos cabe à Câmara Municipal ou às Juntas de Freguesia no âmbito dos contratos interadministrativos celebrados entre estes dois órgãos autárquicos.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes.

• ***Fantasiarte*** - O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que a sua intervenção pretende ser uma constatação e um alerta relativamente ao projeto *Fantasiarte*. Deste modo:

. Os Vereadores Socialistas partilham do entusiasmo da maioria em relação à realização do projeto *Fantasiarte* e da sua importância para todos os participantes com realce para a abrangência que o mesmo tem no concelho. Contudo, não pode deixar de lembrar que este é um projeto de educação pela arte que não se resume à construção de uma festa e/ou de um espetáculo para uma festa. Existem áreas estruturantes do projeto *Fantasiarte*, como seja a área da formação e mobilidade; mas, fruto das circunstâncias (e no entendimento dos Vereadores do PS), essa área e outras, sofreram desinvestimento. A sua chamada de atenção e a dos seus colegas de partido, vai no sentido de que não se imponha este formato como uma solução definitiva. Isto, porque a riqueza, a globalidade e a abrangência deste projeto passa pela formação e mobilidade, que também acompanha as necessidades dos professores em termos daquelas que são as suas qualificações. Nada disto se tem passado nas últimas edições do *Fantasiarte*, fruto das circunstâncias (como já referiu) e da falta de capacidade para investir mais neste projeto. Este alerta é para que o projeto possa ficar completo e cumpra plenamente os seus objetivos, como tem cumprido em mais de uma década de atividade.

• ***Tráfego que passa junto à lavagem auto na Rua António Sérgio, em Pinhal Novo*** –

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que existem situações complicadas com o *tráfego que passa junto à lavagem auto (numa curva) na Rua António Sérgio, em Pinhal Novo*. Sabe que o Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento deste assunto, pelo que solicita esclarecimento do modo como o trânsito se irá processar no local em causa.

• ***Candidatura da Arrábida a Património Mundial e Cultural da UNESCO retirada pelo Estado Português*** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere-se à *Candidatura da Arrábida a Património Mundial e Cultural da UNESCO retirada pelo Estado Português*, dizendo que algumas das questões suscitadas no relatório da União Internacional para a Conservação da Natureza eram perfeitamente antecipáveis. Enuncia: o facto de o território ser de pequena dimensão / possuir um grau de naturalidade comparativamente reduzido / com danos irreparáveis na integridade visual devido à extração de pedra calcária. Estas são questões que já eram sabidas à partida e saltam à vista. De qualquer maneira, o que interessa em termos desta intervenção, são as sinergias entre os Municípios que construíram esta candidatura mista. Impõe-se a

tentativa de perceber se, no âmbito desta candidatura, tem havido sinergias ou dificuldades ocorridas entre os parceiros, porque é diferente uma candidatura que infere sobre as sinergias na construção de uma ideia – logo uma candidatura que soma as respostas dos concelhos -, e depois transferir estas preocupações para um projeto que engloba os Castelos da Arrábida, uma vez que na questão do princípio da sinergia e do entendimento (e não da soma das soluções que os concelhos apresentam) está será uma matéria em tudo transversal e apanha a linha de trabalho em relação à candidatura da Arrábida. Em relação a esta matéria, gostaria de ouvir qual é a posição do executivo e, simultaneamente, indagar qual é o plano da Câmara Municipal de Palmela na parte que lhe compete em relação à valorização deste património e da ligação neste projeto dos três Castelos. Parece que parte deste trabalho poderá ser transposto para um trabalho de cariz local entre as Autarquias e não apenas no âmbito duma candidatura com carácter global, isto numa preocupação de serem criadas sinergias e não apenas de se fazer o somatório daquelas que já são as respostas das Autarquias.

Face às questões apresentadas no *Período Antes da Ordem do Dia*, foram dadas as seguintes respostas:

_ ***Fantasiarte*** – (*Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço*) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que há questões diversas que levaram a algum recuo, recuo esse que não tem somente a ver com razões de ordem financeira e que se prende com o comportamento das próprias escolas. Vive-se um momento de retoma e de alargamento a outras instituições, nomeadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Importa frisar que as escolas particulares também são importantes, até porque fazem parte do tecido educativo. A questão do *Fantasiarte* é que se quer, em termos de formação, relançar e criar perspetivas (e, numa altura em que, os professores estão a sofrer fortes pressões nas escolas, muitas vezes têm encargos administrados avultados), a disponibilidade para pensarem, refletirem e trabalharem com as crianças noutras áreas neste ensino para a vida também não é fácil. Ainda assim, nesta ponta final os participantes ascenderam a mais de 3.116. Podem, naturalmente, fazer uma reflexão em torno da mobilidade. No dia de hoje, houve lugar a um espetáculo no Poceirão denominado “Cata brisa” exatamente para deslocalizar a peça. A construção vai sendo feita. Perante este grande impacto que houve na sociedade (a crise) há que ter em conta que as Escolas e a Câmara Municipal não ficam indiferentes.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** recorda o episódio em que perguntou a uma criança se ela tinha medo de ir para o palco e que esta lhe respondeu, com toda a naturalidade: não. Ser ator para estes jovens é algo perfeitamente normal. E serem, sobretudo, um público atento é algo muito bonito. Garante que vale a pena espreitar os espetáculos, quer no Cineteatro S. João, em Palmela; quer no Auditório Municipal, em Pinhal Novo.

Conclui dirigindo um agradecimento à participação das Escolas, Professores, Técnicos e trabalhadores da Autarquia, Associações de Pais e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

– **Recolha de monos** – (*Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz*) – O **Sr. Presidente** refere que no Protocolo relativo à recolha de monos e verdes, está devidamente regulamentado os dias da recolha e as quantidades, etc.. Verifica-se que há incumprimento por parte dos Municípios, por estes depositarem outros resíduos à volta do contentor, em vez de os colocarem dentro do contentor. Como é do conhecimento dos Srs./as Vereadores/as este trabalho está descentralizado para a União das Freguesias de Poceirão e Marateca, mediante contrato interadministrativo. No resto do concelho há circuitos que são feitos pela Câmara Municipal (neste momento, imediatamente atrás do circuito da recolha de resíduos sólidos urbanos). Passaram a ser feitos turnos e até durante a noite é realizado este trabalho. Também há circuitos que são feitos no regime de *outsourcing* por uma empresa.

Acrescenta que, na última semana, houve uma greve na AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., que certamente não terá passado despercebida. Esta greve implicou que as recolhas que são efetuadas não pudessem ser entregues. Verificou-se que 3 ou 4 viaturas de recolha de resíduos sólidos urbanos ficaram carregadas durante dois dias, porque não podiam entrar na AMARSUL para realizar as descargas. O mesmo aconteceu com a recolha de monos e a compostagem dos verdes. De facto, na semana passada, foi sentido o agravamento da situação. De todo o modo, os serviços camarários podem tomar nota deste assunto e com a União das Freguesias de Poceirão e Marateca averiguar a situação. Aproveita a ocasião para, a título de informação, adiantar que muito em breve será levada a efeito uma campanha de informação e sensibilização sobre este assunto. Oferece-se esclarecer que a recolha de monos não é nem pode ser feita diariamente, sob pena de a taxa de resíduos aumentar para 50 euros/mensais. Há dias estipulados para a efetivação deste serviço. Em tempos, até havia um autocolante colocado nos contentores que especificava qual era o dia da recolha, solicitando que os resíduos fossem colocados no contentor na véspera. Como os/as Srs./as Vereadores/as devem calcular esta é uma situação muito difícil de controlar. Há, ainda, a acrescentar que as pessoas não estão só a colocar monos e verdes nos contentores como, também, resíduos de construção. Ele próprio tem tirado fotos. Há sacos próprios para este efeito, um serviço que é prestado pela Câmara Municipal: um saco próprio é disponibilizado ao(s) Município(s) que deposita(m) os resíduos de obras no mesmo, e posteriormente uma empresa faz a recolha do saco. Este serviço é mais oneroso à Autarquia do que o que é cobrado e está fixado na Tabela de Tarifas e Preços. Ainda assim, as pessoas preferem pôr os resíduos das obras em baldes, sacos e/ou aljubeiros junto aos contentores do lixo. É evidente que em fase da recolha de resíduos sólidos, estes resíduos não podem ser recolhidos, assim como não podem ser juntos aos monos e aos verdes. Na verdade, as pessoas ainda não

perceberam que cada tipo de resíduos tem um tratamento diferenciado. Por exemplo, os verdes têm de ser entregues para compostagem, cujas metas urge aumentar. Espera-se vir a conseguir, com mais esta campanha de sensibilização, apelar à colaboração dos Municípios. Podem os/as Srs./as Vereadores/as afirmar que se deve ativar a fiscalização, mas só apanhando a situação em flagrante é que se pode atuar; o que é difícil de acontecer, ainda por mais num território com 470 Kms², com terrenos, que a maior parte dos proprietários, não os tem vedados. Repare-se que chegam, inclusivamente, à Câmara Municipal muitas solicitações para limpar terrenos particulares, mas a Autarquia não atua nesse sentido. Recorda que as pessoas têm de zelar pelo seu património e providenciar a limpeza dos seus terrenos. Tomara a Câmara Municipal conseguir dar conta da limpeza do espaço público!

O **Sr. Presidente** reporta-se a uma situação que aconteceu, no ano passado, quer na Marateca, quer no Poceirão (e julga que ainda persiste), e a que passa a descrever: havia dois locais em que (à data) as respetivas Juntas de Freguesia para não terem de ir constantemente ao aterro fazer depósitos faziam-no numa zona de transferência (tipo pré-depósito). Posteriormente, os serviços das Juntas de Freguesia iam fazer a deposição dos resíduos em local próprio ou era a empresa que trabalha com a Câmara Municipal que se encarregava de efetuar a recolha destes. Sabe que, de vez em quando, aconteceram uns atrasos. Esclarece que aquilo que está contratualizado é a entrega dos resíduos no aterro.

Tem a acrescentar que este último inverno foi muito rigoroso e choveu copiosamente, pelo que há mato e feno por todo o lado. O que foi cortado e queimado com produto químico está a rebentar/nascer. Vai-se entrar numa fase difícilíssima em que as pessoas vão limpar as ervas dos seus quintais/terrenos e vão colocá-las nos contentores. Não vai ser fácil. Isto passa naturalmente por alguma educação das pessoas e reforço de meios que a Autarquia muito gostaria de possuir. Tem de haver algum equilíbrio, porque os meios não se inventam.

O **Sr. Vereador António Braz** solicita o uso da palavra para, em relação à questão da *Recolha de monos*, mencionar que importa o civismo das pessoas e, eventualmente, uma campanha de sensibilização por parte da Câmara Municipal junto das pessoas seja válida. Contudo, tem a acrescentar que o caso concreto que apresentou nesta reunião localiza-se numa zona e altura do ano onde se regista forte afluência de turistas: no Golf do Montado. É uma zona de beleza natural e os resíduos depositados na proximidade resultam numa má imagem ao turismo que acede àquele local. Regista, ainda, que os monos a que se refere, foram colocados muito antes da greve da AMARSUL. Refere-se a um folheto da União das Freguesias de Poceirão e Marateca onde se dava a saber que não iria ser feita a recolha de restos de árvores, relva, etc., e é precisamente o que está colocado nos contentores. É evidente que tentam sensibilizar as pessoas para a deposição dos resíduos, mas esta localização (Golf do Montado) é deveras sensível.

– ***Fantasiarte*** – (*Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço*) – O **Sr. Presidente** refere que a questão da formação também o preocupa. Garante que o projeto *Fantasiarte* não pode ser menorizado por causa do recuo que, repare-se, nem sequer é intencional. Não se trata duma questão de dinheiro. Acrescenta que o Município de Palmela tem atualmente parceiros com os quais existem Protocolos contratualizados onde se encontram definidas obrigações e direitos. Essas entidades com as quais se estabeleceram os Protocolos podem ser utilizadas para reinvestirem na comunidade. É de opinião que, neste momento, é mais inteligente contratualizar com um grupo de teatro, por exemplo, dando um apoio e estes retribuem fazendo ações com a comunidade. Especifica que a vida nas escolas está muito complicada. É quase um 'milagre' que alguns professores e educadores se disponibilizem para estas dinâmicas como o é o *Fantasiarte*. Espera-se a estabilização da vida nalguns Agrupamentos de Escolas que permita retomar esta dinâmica da formação, porque a Câmara Municipal possui espaços e parceiros que estão disponíveis para o fazer.

– ***Tráfego que passa junto à lavagem auto na Rua António Sérgio, em Pinhal Novo*** (*Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço*) – O **Sr. Presidente** especifica que este assunto se refere a um processo que data de 2006. Teve oportunidade de intervir no mesmo em 2011. Não há nada a obstar. E explica:

. É um uso que tem cabimento em termos de indicadores urbanísticos com usos e funções mesmo dentro do perímetro urbano;

. À época já existia o viaduto, mas a pretensão e o pedido de informação prévia já tinha outros compromissos. A pretensão já tinha sido deferida e foi em sede de apreciação das especialidades que se procuraram introduzir algumas *nuances* de sinalização de obstáculos à viragem fora de mão (que ainda não estão completamente implementados). Procuram-se minimizar alguns riscos. Existem informações técnicas onde consta que mesmo com aquele raio de curvatura – em que se garantiu uma determinada faixa de visibilidade - podem sempre acontecer acidentes no local em causa. Considera que a localização não é a ideal, mas já não se foi a tempo de alterar a pretensão, porque havia direitos adquiridos por parte do promotor. Neste momento, antes da passagem da licença de utilização, tentam-se acautelar um conjunto de situações, tendo já havido lugar a correções. Outras soluções foram impostas, devendo-se aguardar pela sua implementação.

– ***Candidatura da Arrábida a Património Mundial e Cultural da UNESCO retirada pelo Estado Português*** (*Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço*) – O **Sr. Presidente** denota a sua satisfação pelo facto de o Sr. Vereador Pedro Taleço ter suscitado este tema - *Candidatura da Arrábida a Património Mundial e Cultural da UNESCO retirada pelo Estado Português* – e que se tratou do que pode classificar como "*um balde de água fria*". Crê que os

Eleitos em maioria neste órgão autárquico têm razões para estar entusiasmadíssimos com o processo em curso, até porque para eles nada se alterou quanto ao empenho na comissão técnica do grupo de trabalho. O ofício recebido da Embaixadora de Portugal na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) não apontava para este desfecho: *retirada da Candidatura pelo Estado Português*. Afirma que a Arrábida é uma marca de qualidade incontornável, sendo que a *Candidatura* é da região, mas teve de ser apresentada pelo Estado Português. Na fase final de preparação da *Candidatura* refira-se que o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) já teve uma cooperação e um trabalho de maior envolvimento na comissão executiva. Atualmente está-se a trabalhar como se estivesse em preparação a candidatura para a apresentação final, porque o que há a referir é o seguinte:

- A primeira vitória: há a salientar o mérito de se ter conseguido, pela primeira vez, colocar várias entidades com responsabilidades no PNA (Parque Natural da Arrábida) a trabalhar conjuntamente;
- A segunda vitória: é que esta equipa técnica (para além do reconhecimento no que se refere ao aprofundamento do seu trabalho), e a investigação que está a ser feita reúne um trabalho científico e académico para apurar outros interesses e/ou resultados que são extremamente valorativos daquele bem. Este trabalho não pode parar! A este propósito, salienta que estão a ser consideradas outras formas de valorização da Arrábida; uma delas acabou por ser sugerida por setores da tutela.

O **Sr. Presidente** alude ao Portugal 2020 (novo quadro de comunitário de apoio), dizendo que um dos eixos selecionado para a Área Metropolitana de Lisboa é precisamente o eixo de valorização do património ambiental, histórico e cultural da costa Atlântica - frente ribeirinha dos Parques Naturais e dos Centros Históricos -. É neste eixo que os Municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra, quer individualmente, quer conjuntamente, ou com a AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal vão candidatar-se ao programa. Existem candidaturas e projetos que visam a valorização do bem. Há ainda um conjunto de outras medidas a serem tomadas.

Voltando ao tema da *retirada da Candidatura pelo Estado Português*, o **Sr. Presidente** menciona que há sempre quem considere que a cimenteira (Secil) deve ficar fora da área da candidatura. De qualquer modo, quem lê o ofício datado de março último, não esperava por este desfecho. E mais: existem relatórios efetuados por peritos que apontam precisamente para a valorização deste território – Arrábida – com uma margem muito grande de sucesso da candidatura. A Arrábida é uma marca e vai continuar a ser valorizada. A classificação seria, naturalmente, um selo de qualidade; mas vamos ter outros selos na Arrábida, porque a projeção da Arrábida não vai parar! Faz referência a um filme de curta metragem transmitido na televisão sobre este território que está disponível na *internet* e já correu mundo. O Finisterra

que está a decorrer tem feito excelente promoção da Arrábida e muito mais há para fazer. Há um conjunto de ações urgentes a desenvolver, por exemplo, a carta desportiva. O PNA – Parque Natural da Arrábida tem de ser preservado, mas também tem de ser usado com regras. Os trilhos assinalados foram realizados no âmbito duma candidatura que a Associação de Municípios da Região de Setúbal fez ao PRODER, através da ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal. Como é possível que um Parque Natural que é gerido por uma entidade não ter investido na sinalética? A sinalética é indicativa dos locais por onde as pessoas podem andar ou não. De facto, está-se perante um processo que está apenas no seu início e que tem de ser contínuo, nomeadamente com a revisão do POPNA – Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. Curiosamente, com o processo da candidatura, conseguiu-se criar algum consenso. Talvez por isso mesmo, o processo de revisão do POPNA tenha sido aprovado na Assembleia da República, por unanimidade.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a explicação efetuada pelo Sr. Presidente vai no sentido do que os Vereadores do PS procuravam saber: a perspetiva de início dum processo. Compilando o relatório e quadro resume a que teve acesso, verifica-se que esta candidatura - *Candidatura da Arrábida a Património Mundial e Cultural da UNESCO* foi praticamente “corrida a Nãos do princípio ao fim”. Há situações que deixam os Vereadores Socialistas desconfiados em relação a outro tipo de análise que mereciam recurso comparativamente com alternativas de outros países.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** reafirma que a resposta/esclarecimentos proferidos pelo Sr. Presidente vão no sentido do que é a opinião dos Vereadores do PS: o processo que foi começado deve somar em vantagens e mais-valias para o futuro.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** menciona que a sua intervenção pretende reforçar alguns dos aspetos que foram frisados e, também, por considerar importante que fique registado o seguinte:

. Confessa a sua surpresa, e também o sentiu como “*um balde de água fria*”, a *retirada da Candidatura da Arrábida a Património Mundial e Cultural da UNESCO pelo Estado Português*. Se houve causa ou projeto que mobilizou, nos últimos tempos, a região e a uniu, foi de facto a Arrábida. Considera-se privilegiado por viver nesta zona. A união vivenciada no âmbito desta candidatura extravasou Palmela, Setúbal e Sesimbra;

. Nas suas funções como deputado na Assembleia da República pôde testemunhar, no ano passado – Dia Mundial do Ambiente -, que a Comissão de Ambiente assinalou este dia com a temática do Parque Natural da Arrábida. Houve intervenções por parte de cada deputado eleito pela região de Setúbal. Realça que os deputados de todos os partidos políticos das demais regiões do País (que desconheciam a Arrábida) ficaram maravilhados com este património. Este facto, é por si só, um ganho para a Arrábida, para a sua preservação e, também, para o enaltecimento exterior do distrito. É de

opinião que houve um grande compromisso e é testemunha do empenhamento colocado pelo Sr. Ministro do Ambiente nesta matéria, até porque conhece bem a Arrábida e é um homem ligado ao Ambiente há muitos anos;

. A opção tomada – *retirada da Candidatura* – pode ser vista como uma boa opção, na medida em que, às vezes, é melhor dar um passo atrás para depois poder vir a dar dois mais à frente; pois seria bem pior o chumbo da *Candidatura*. Opina que é necessário continuar a trabalhar mais e melhor, porque está certo que o reconhecimento será feito, seguramente, com imparcialidade e isenção. Quer os que residem nestes três concelhos – Palmela, Setúbal e Sesimbra, quer o País reconhece que a Arrábida é um património que urge preservar e tem de ser afirmado cada vez mais. O passo seguinte será o de convencer o Mundo acerca da valorização deste território. Vai dar mais trabalho, mas está certo de que tal será conseguido!

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E PELA SRA. CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e pela Sra. Chefe da Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 16.04.2014 e 06.05.2014.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SR.ª VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 13.04.2014 e 04.05.2014.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 16.04.2014 a 06.05.2014, no valor de 2.278.571,42 € (dois milhões, duzentos e setenta e oito mil, quinhentos e setenta e um euros e quarenta e dois cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 06.05.2014, apresenta um saldo de 4.386.451,70 € (quatro milhões, trezentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e um euros e setenta cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 3.340.651,67 € (três milhões, trezentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta e um euros e sessenta e sete cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 1.045.800,03 € (um milhão, quarenta e cinco mil, oitocentos euros e três cêntimos).

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** foram apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado 2014.

PROPOSTA N.º GAP 01_10-14:

«Conforme o disposto no artigo 24.º do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, a Medalha Municipal de Serviço Prestado destina-se a galardoar os trabalhadores que, cumprindo determinado período de carreira – 15, 25 e 35 anos – tenham revelado no exercício

do seu cargo, assiduidade e comportamento exemplar, devendo, de acordo com o artigo 27.º, ser entregue em cerimónia solene, de preferência realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no dia 1 de Junho, Dia do Concelho.

Tendo em consideração a listagem relativa à contagem do tempo de serviço e às informações complementares fornecidas pela Divisão de Recursos Humanos e Organização **propõe-se**, nos termos do artigo 26.º do referido Regulamento:

A atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado aos trabalhadores abaixo mencionados, nos seguintes graus:

Medalha de Grau Ouro (35 Anos de Serviço Prestado):

- Ana Maria Mota Cardoso Custódio
- Ana Paula Oliveira Matos Carvalho
- João Augusto Fernandes Marcelino
- José Manuel Fernandes Anastácio
- Maria Firmino Ferreira Nogueira
- Maria Susana Xavier Cordeiro Vida Simões Santos
- Rogério Miguel Nunes

Medalha de Grau Prata (25 Anos de Serviço Prestado):

- Alexandra Maria Abóbora Silva
- Álvaro José Jorge Silva
- Ana Isabel Silva Oliveira
- Ana Maria Alves Serafim Ventura
- Ana Paula Ruas Ambrósio
- Ângela Maria Gonçalves Rosa
- Fernanda Maria Pereira Rôlo
- Jacinto António Bento Fialho
- João Luís Caetano Portel Rabão
- José Manuel Santana Batista
- Leontina Teixeira Carrazedo Barbosa
- Maria Conceição Carrilho Carolino
- Maria Conceição Monteiro Cardoso
- Maria José Antunes Margarido António
- Rosa Maria Vaz Silva
- Rui Jorge Matos Farinha
- Teresa Alexandra Barrocas Cipriano
- Virgínia Maria Batista Ferreira
- Zita Maria Rocha Cruz

Medalha de Grau Cobre (15 Anos de Serviço Prestado):

- Albina Barbosa Mendonça Duarte
- Ana Cristina Mendes Correia
- Ana Maria Dias Manta
- Anabela Batista Cândido Pateiro
- António José Azedo Tomás
- António Lúcio Carrilho Barradas
- António Manuel Cardoso Saramago
- Artur José Rebelo Barreira
- Ausinda Rosária Vestia Martins da Silva
- Carlos Alberto das Neves Moço
- Carlos Alberto Gonçalves Rocha
- Carlos Miguel Duarte Moreira Batalha
- Cláudia Alexandra Romão Martins Pinto Barros Clark
- Cláudia Maria Cardoso Piedade da Silva
- Cláudia Maria Duarte Santos Costa
- Deodato Pardal Brissos
- Dina Lúcio Pessoa Braço Forte
- Dina Maria Oliveira Sousa Rabão Cordeiro
- Elisabete Anjos Neves Caldeira Areosa
- Elsa Mendes Costa
- Ama Cabete Silvério
- Fátima de Jesus Coelho Raposo Felicíssimo
- Fernando Jorge Correia Rego
- Fernando Manuel Ribeiro Fernandes
- Florbela Cristina Cabete Silvério
- Glória Maria Neto Silva
- Hélder Casimiro Miranda Maria
- Helena Cristina Nunes Ferreira
- Hugo Alexandre Cordeiro Ambrósio
- Ilda Maria Maças Carrilho Soares
- Isabel Maria Jesus Barreto Vicente Barreiros
- Isabel Maria Silva Vieira
- Isabel Sofia Oliveira Lopes Almeida Peralta
- Ivone Maria da Cruz da Silva Mina
- Jaime Alexandre Barbas Santos Antunes
- José João Silva Maria
- José Manuel Correia Caramelo

- Laurentina Alexandre Nunes de Sousa
- Luciano António Pereira Silva
- Luís Filipe Marques Santos
- Luís Guilherme Gomes Fidalgo
- Luís Miguel Costa Dias
- Luz Bela Correia Veríssimo
- Marco Jorge Cardoso do Vale
- Maria Antónia dos Santos Nunes Beco
- Maria de Fátima de Faria Loureiro
- Maria de Fátima dos Santos Marques
- Maria Elisabete da Silva Pereira
- Maria Emília Coelho Raposo Cascarrinho
- Maria Fernanda Valido Roque Ramalho Sapata
- Maria Filomena Dias Nunes
- Maria Gertrudes Martins Marques
- Maria Graça Miranda Cardoso Casimiro
- Maria Helena Marques dos Santos
- Maria Helena Pereira Monteiro
- Maria Luísa Simão Silva Coutinho
- Maria Luz Oliveira Dias
- Maria Manuel Batalha Monteiro
- Maria Pilar Rodrigues Rodriguez
- Maria Teresa da Encarnação Rosendo
- Mário Arménio da Costa Felício
- Mário Magrinho André
- Miquelina Saramago Fernandes Jorge
- Nuno Manuel Coelho Teixeira
- Patrícia Maria Teixeira Santos de Oliveira Soares
- Paulo Alexandre Caleira dos Santos
- Paulo Alexandre da Lança Descalço
- Paulo Artur Mendes Jorge
- Paulo José Carmo Carolino
- Pedro Luís Pardal Gonçalves
- Pedro Manuel Cabica Costa Ferreira
- Raúl José Rodrigues Prazeres
- Rogério Paulo Carvalho Covas
- Rui Manuel Correia Caramelo
- Rui Manuel Couto Oliveira
- Sandra do Pilar da Silva Paulino

- Sandra Isabel Carvalho Ferreira
- Sandra Isabel Figueira Vidal Santos da Luz
- Sérgio Alexandre Jesus Aredes
- Silvína Quinteiro Silva
- Sónia Carla do Couto Costa
- Sónia Isabel Guerreiro Semião
- Sónia Sofia Afonso Traitolas Alves Margarido

Tendo em conta o número de homenageados, **propõe-se** que a cerimónia se realize no Cine-teatro S. João.»

Sobre a proposta de *Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado 2014* numerada *GAP 01_10-14* intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** endereça, em nome dos Vereadores do PS, os parabéns aos trabalhadores do Município que completam os 15, 25 e 35 anos de serviço que, pela sua assiduidade, lhes permitem as condecorações. Deseja-lhes as maiores felicidades e que continuem a servir o Município da melhor forma que saibam e possam fazer. É de registar que, de facto, quem completa 35 anos de serviço sempre no mesmo Município ou na mesma empresa, é uma vida.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** saúda os presentes.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** menciona que os trabalhadores que vão ser agraciados não podem ter registos de faltas injustificadas no seu processo e têm de possuir comportamento exemplar. Muitos deles continuam a trabalhar como se fosse o seu primeiro dia de trabalho com muita vontade. Este é um dado muito importante, porque, às vezes, as organizações “adormecem” por força do decurso do tempo. Opina que é de realçar a dedicação de muitos destes trabalhadores.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, e em minuta.

PONTO 2 – Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela e da Medalha Municipal de Mérito 2014.

PROPOSTA N.º GPC 02_09-14.

«A atribuição da Medalha de Honra e da Medalha Municipal de Mérito do Concelho de Palmela constitui um reconhecimento público do Município aos cidadãos e entidades que, pela sua cidadania e altruísmo, criatividade, esforço e valor artístico, inovação e trabalho contribuem para o desenvolvimento social, económico, cultural e desportivo da comunidade. São pessoas e instituições em que nos revemos e cujo valor e exemplo são uma referência.

Entendeu este ano o município de Palmela ao assinalar o 40.º aniversário do 25 de Abril, realçar personalidades e associações que contribuíram para a instalação e manutenção da Liberdade e ainda distinguir áreas de atividade que marcam a vida do concelho – Empreendedorismo Social, Economia Local e Desporto – reveladoras de uma capacidade de fazer melhor e chegar mais longe pelo trabalho, pelo empenho individual e coletivo, mas também pelo espírito de iniciativa, visão e capacidade de concretização de projetos que contribuem para o desenvolvimento da comunidade.

Valoriza-se a economia local assente nas atividades tradicionais, no desenvolvimento da agricultura e dos setores que lhe estão associados. A qualidade dos produtos locais tem encontrado no empenho, trabalho e inovação, os fatores decisivos para lhes conferir a singularidade que os torna procurados e valorizados nos planos nacional e internacional. Em Palmela, a geração dedicada à terra por destino, convive hoje com uma nova geração que a transformou numa oportunidade de futuro. Da sua atividade advieram benefícios assinaláveis para o concelho de Palmela, seu desenvolvimento e notoriedade.

A prática desportiva encontra no nosso concelho uma grande diversidade, quer pelas modalidades e número de participantes que abrange, quer pelos excelentes resultados que, coletiva ou individualmente têm alcançado. Homenageiam-se treinadores e dirigentes que têm demonstrado como é possível chegar mais longe, alcançar os seus sonhos pelo esforço, dedicação e trabalho, mas também enorme dedicação à promoção e ao desenvolvimento das respetivas modalidades desportivas no concelho.

No ano em que se celebra o 40º Aniversário do 25 de Abril de 1974, data fundadora do nosso regime democrático, entendeu também o município de Palmela distinguir pessoas que resistiram ao regime autoritário deposto e que promoveram a liberdade de expressão. Por outro lado homenageia-se também o associativismo, uma das mais fortes expressões de valores ligados ao 25 de abril: a liberdade de associação, participação e expressão, cidadania, entre outros.

Homenageia-se também uma associação do nosso concelho que perfaz 150 anos de atividade regular ao serviço da comunidade.

A Comissão Municipal de Condecorações, reunida em duas sessões de trabalho, a 21 e a 29 de abril, pronunciou-se favoravelmente sobre a presente proposta, a submeter a deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal.

Assim, **propõe-se:**

Ao abrigo do disposto no Artigo 5º do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, a atribuição da **Medalha de Honra do Concelho de Palmela**, por serviços de excecional relevância prestados ao concelho de Palmela, a:

- Vitor Manuel Barrocas Borrego
- Sociedade Filarmónica Humanitária.

Ao abrigo do disposto no Artigo 11º, nº 1 do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, a atribuição da **Medalha Municipal de Mérito** às seguintes entidades e personalidades:

40º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL – RESISTÊNCIA E LIBERDADE

Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro)

- António Rodrigues Correia
- Carlos Alberto da Silva (a título póstumo)
- Desidério Macau
- União dos Sindicatos de Setúbal/ CGTP-IN

40º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL – JORNALISMO E LIBERDADE

Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro)

- Gabriel Francisco Alves Rito
- José Manuel Rosendo
- Maria de Fátima Caçoete Brinca

ECONOMIA LOCAL

Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro)

- Casa Venâncio da Costa Lima

EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Medalha Municipal de Mérito (grau Prata)

- Pedro de Campos Vieira Dias

DESPORTO

Medalha Municipal de Mérito (grau Prata)

- Daniel Jorge Martins Coelho Pó
- José Paulo Ventura Pinho
- Manuel João Valentim Pereira
- Marco António do Nascimento Morais
- Ricardo Miguel Oliveira Calado Pereira Chumbinho

Medalha de Honra do Concelho de Palmela

- **Vitor Manuel Barrocas Borrego**

Vitor Manuel Barrocas Borrego, nasceu em 5 de Outubro de 1942 e é natural de Palmela, terra a que dedicou a sua vida e onde desenvolveu uma intensa atividade associativa e política.

É casado, com Maria Manuel Borrego, tem 2 filhos e 5 netos.

Completo o Curso Industrial e frequentou o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e o Curso de Direito.

Interventivo e atento à realidade do seu concelho, conseguiu conciliar o seu desempenho profissional com uma atividade associativa e política regular: foi desenhador na empresa Burmeister & Wain de Portugal, Desenhador Projetista e Chefe de Desenho da COMETNA – Companhia Metarlúgica Nacional e Sócio da empresa Projectal – Estudos e Projectos, Lda.

Desempenhou elevadas funções em algumas das principais instituições do Concelho de Palmela: na Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros” foi, sucessivamente, Secretário de Direção, Presidente da Direção e Presidente da Assembleia Geral; e no Palmelense Futebol Clube como Secretário da Direção, Presidente da Direção e Presidente da Assembleia Geral;

Foi membro da Comissão Fundadora das Festas das Vindimas sendo, inclusive, o elemento com maior número de presenças nas Comissões das Festas das Vindimas onde desempenhou o cargo de Vice-Presidente, Presidente da Comissão e Presidente da Assembleia Geral da Associação das Festas de Palmela – Vindimas.

Foi também Presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Palmela;

Membro fundador e Vice-Presidente da Direção da Cooperativa de Consumo de Palmela, atual PLURICOOP;

Membro do Conselho Diretor do Rotary Clube de Palmela; Presidente do Rotary Clube de Palmela;

Presidente da Assembleia Geral do Núcleo do Sporting Clube de Portugal – Palmela.

Membro fundador da Tertúlia “Os Quartas” de Palmela;

Presidente da Assembleia Geral da APERSA - Associação de Pequenos e Médios Empresários da Região de Setúbal e Alentejo;

Membro da Direção da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio;

Membro da Direção da Associação de Futebol de Setúbal

Homem de Abril, de fortes convicções, cedo iniciou, e manteve até aos dias de hoje, uma intensa atividade política nos principais órgãos do concelho de Palmela e do Distrito de Setúbal.

Foi Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Palmela, Presidente da Assembleia Municipal de Palmela, Candidato a Deputado à Assembleia da República pelo círculo de Setúbal, nas listas da CDU, membro do Secretariado, Executivo e Comissão Concelhia de Palmela do PCP membro da Mesa do Congresso da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidente do Conselho Fiscal da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses e Presidente da Assembleia Distrital de Setúbal.

Uma especial propensão para o diálogo e a procura de consensos valeram-lhe o respeito e admiração de todos, mesmo dos seus adversários políticos a que acresce, por parte da população, um forte reconhecimento pela inextinguível dedicação ao desenvolvimento do concelho de Palmela.

- **Sociedade Filarmónica Humanitária**

Sociedade Filarmónica Humanitária, fundada a 8 de Outubro de 1864, fica situada no centro da vila histórica de Palmela, constituindo uma das referências na vida cultural e social da população do concelho de Palmela e da Área Metropolitana de Lisboa.

Desde o século XIX que esta coletividade se assume como um importante palco de espetáculos da região, mantendo uma atividade regular de programação e divulgação musical.

A 3 de Agosto de 1924, a história da Sociedade regista um outro acontecimento marcante, a inauguração do novo coreto, situado no Largo de S. João, com projeto do Palmelense Salvador Augusto Camolas.

Como reconhecimento pelo trabalho desenvolvido através dos tempos, a Sociedade foi condecorada com o título de membro honorário da "Ordem de Benemerência", tendo, em 24 de Fevereiro de 1993, sido declarada como entidade de utilidade pública

A sua principal missão é a promoção de atividades e eventos de índole sócio cultural, nomeadamente através da manutenção da sua Banda de Música, mas também atua na área de desenvolvimento de atividades recreativas e culturais como o Teatro, o Canto, a Dança ou o Ensino Instrumental, mantendo organizados no seu seio e em atividade, os seguintes grupos: Banda de Música, Grupo Coral, Escola de Teatro, Escola de Dança, Escola de Música e Orquestra de Jazz.

O Ensino Instrumental, para além da vertente Escola de Música, assume a sua maior expressão no funcionamento do Conservatório Regional de Música, inaugurado em 23

de Março de 2002 proporciona aos jovens uma formação especializada na área da música com certificação oficial.

Assim, assumindo um Plano de Atividades anual completo e diversificado, a Sociedade Filarmónica Humanitária recebe diariamente entre alunos, executantes, sócios e amigos, mais de 500 pessoas, que utilizam esta verdadeira “Casa de Pais e Escola de Filhos”, que ao longo das várias gerações vêm deixando o seu nome associado a esta instituição.

Neste sentido, de forma a dotar a Sociedade de infraestruturas adequadas em prol da promoção das atividades culturais e tendo em vista a segurança, a recente candidatura no contexto do QREN teve por objetivo a remodelação e modernização do palco e espaços de apoio, num projeto fundamental para continuar a responder com qualidade às crescentes exigências impostas pelo normal funcionamento da sua actividade.

150 anos ao serviço da Cultura e na promoção do nome de Palmela são expressão do mérito incontornável desta instituição que muito orgulha o Concelho e a Região

Medalha Municipal de Mérito

GRAU OURO

40º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL – RESISTÊNCIA E LIBERDADE

- **António Rodrigues Correia**

Nasceu a 8 de março de 1938, numa aldeia próxima de Torres Novas.

Aos 10 anos de idade, ingressou no Seminário de Almada, no curso de Teologia, em regime de internato.

Após conclusão do curso, lecionou no próprio Seminário e, paralelamente, desenvolvia trabalho social com a comunidade operária da Cova da Piedade.

«Não era um rapaz politizado até à altura» em que, no seminário de Almada, passou a conviver com outras pessoas que o incentivaram a olhar o mundo a partir de um ângulo totalmente desconhecido até então.

Os Padres Nuno Teotónio Pereira e António Jorge Martins, assim como a Farmacêutica Vitória Barreiros, entre outros, criaram um círculo de amigos que se intitulava Católicos Progressistas, ao qual se juntou. As principais questões que os moveram foram: o Estado Novo e as relações de Salazar com o Cardeal Cerejeira; as injustiças no país e, sobretudo, a Guerra Colonial. Deste grupo surgiu uma folha policopiada denominada «O Direito à Informação».

Várias vezes no próprio seminário, passavam as noites, escondidos, a policopiar as folhas. Chegou a transportar uma mala cheia até Lisboa, para que fossem distribuídas no Porto.

Impelido por estes novos ideais, e ainda incentivado pela inúmera literatura francesa que consumia, assim como influído pela encíclica de João XXIII «A paz na Terra», integrou a cooperativa de intervenção cultural, «A Pragma». Criada por Teotónio Pereira e António Jorge Martins, era dominada por um forte espírito antiguerra colonial. A PIDE acabou por prender toda a direção e encerrar a cooperativa.

Quando veio para a paróquia de Palmela, em 1963, continuou profundamente ligado a todo este movimento. Nas missas esforçava-se por pregar a educação para a paz. As próprias letras das músicas, da sua autoria, abordavam este assunto. Não podemos esquecer que, estando Portugal em plena Guerra Colonial, pronunciar a palavra Paz era extremamente perigoso.

Alguns paroquianos perguntavam-lhe: «Porque é que o Padre Correia é contra a Guerra do Ultramar?» Ele respondia: «Se nós não pusermos ponto final à guerra, estas crianças amanhã vão para lá com uma arma na mão». E depois explicava o direito à interrogação dos povos ocupados.

Em Rio Frio participou num piquenique organizado pela Ação Católica Rural, movimento dentro da igreja cujo lema: «Ver, Julgar e Agir», tinha como propósito ajudar as pessoas a crescer. Neste «Dia da Alegria», o encontro da Juventude, organizado por Maria de Lurdes Cabral, terminou com a celebração de uma missa. Como a capela de Rio Frio é demasiado pequena, fizeram um círculo onde o Padre Francisco Fanhais animou com a viola. No final o Padre Correia foi chamado ao Palácio, para levar uma reprimenda do Eng. Lupi, que afirmou ser impensável o que tinha acontecido.

A sua casa, em Palmela, acolheu diversas vezes o Zeca Afonso. Sobretudo a partir de 1969, quando o cantor passou a ter receio de ser capturado pela PIDE por andar a inscrever votantes para as eleições.

Também aqui eram policopiados muitos papéis clandestinos para serem distribuídos à população. O Ti Manel, que habitava também a casa juntamente com a esposa Sr.^a Maria, levantava-se de madrugada para poder queimar os papéis restantes depois de uma noite de trabalho árduo.

A sua casa albergava muita gente de várias nacionalidades. Diziam que era: «o espaço onde o pensamento era livre».

Em outubro de 1967, substituiu o Padre Aguiar, tornando-se, aos 29 anos, pároco na Paróquia de Palmela e de Quinta do Anjo, função que desempenhou até dezembro de 1974.

Em 1973, a pedido do irmão imigrado em França, planeou uma viagem ao país onde iria celebrar o seu matrimónio. Fazendo escala no Entroncamento, onde viviam os pais (o pai era Ferroviário), foi detido pela PIDE e preso em Caxias, onde permaneceu dois meses em interrogatórios sucessivos.

A população de Palmela, revoltada com a situação, organizou vários abaixo-assinados.

Membros do Conselho Paroquial, juntamente com Álvaro Cardoso, solicitaram uma audiência com o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, para interceder junto do governo pela sua libertação.

Foi libertado em fevereiro de 1974, num dia considerado de festa pela população local.

Em dezembro desse ano, redigiu uma carta aberta à população de Palmela, onde justificava a sua decisão de abandonar a vida religiosa.

O original dessa carta, que passou de mão em mão, deu origem a várias cópias para que chegasse a um maior número de pessoas. Na carta, justificava que a sua saída se devia ao facto de considerar a Igreja Católica profundamente conservadora e afirmava que se tinha mantido em funções até à data, embora contrariado, porque a Missa de Domingo era o único espaço, aberto ao público, onde, no regime político de então, era permitido falar à população.

Durante o exercício da sua função como pároco, criou a “Folha de Domingo”, distribuída à saída da igreja, onde publicava as leituras da missa e, de forma inédita, explicava os salmos e a sua correlação com a vida quotidiana.

Durante estes anos, foi também um profundo apoiante do Coro da Igreja, seleccionando letras e músicas de grande qualidade e impacto, ainda hoje lembradas por muitos dos que participavam nas cerimónias litúrgicas.

Em 1975, vai estudar algumas cadeiras na Universidade Clássica em Lisboa, para poder lecionar a disciplina de português.

Fez estágio na escola Sebastião da Gama, em Setúbal e, entre 7 de janeiro de 1975 e 6 de outubro de 1999, foi docente na Escola Secundária de Palmela onde, entre outras funções, foi presidente do Conselho Diretivo, em 1975 e entre 1991 e 1995.

Foi impulsionador da criação do Centro Social de Palmela.

Foi, durante anos, voluntário no Hospital do Outão e durante cerca de 20 anos pertenceu ao coro da Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”

- **Carlos Alberto da Silva (a título póstumo)**

Nasceu em Palmela em 25 de Abril de 1926 e faleceu em Pinhal Novo em 28 de Abril de 2009. Foi sepultado no cemitério (velho) de Pinhal Novo.

Era viúvo de Carmina da Soledade Mendes e pai de Júlia Mendes da Silva. Era filho de Ricardo da Silva e de Rita das Dores Silva.

Foi ferroviário, trabalhando nas oficinas da CP no Barreiro. Em Pinhal Novo desenvolveu grande atividade associativa, tendo desempenhado vários cargos nos Corpos Sociais do Clube Desportivo Pinhalnovense, de que foi Presidente da Direção em 1964, e noutras associações e organismos. Criou e dirigiu, na Sociedade Filarmónica União Agrícola, nos anos 60 do século XX, um grupo cénico que chegou a ter considerável sucesso, com atuações em Pinhal Novo e em Rio Frio. Em 1997 foi Presidente da Assembleia Geral do Rancho Folclórico de Pinhal Novo. Foi membro do Conselho Nacional da Inter-Reformados, da Comissão de Reformados do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul e da Comissão dos Reformados do Sector da Metalurgia.

Entre 1987 e 1988 colaborou no jornal Linha do Sul, com uma série de artigos sob o título genérico de A Outra História de Pinhal Novo, onde evocou algumas figuras populares pinhalnovenses.

Era um fervoroso benfiquista, orgulhava-se da sua filiação no Grupo Onomástico Os Carlos, e era ainda um temível jogador de xadrez. Tinha um perfil amável, andava sempre impecavelmente vestido e tinha um trato cordial e mesmo jovial.

Em 17 de Julho de 1967 foi detido pela PIDE, por atividades contra a segurança do Estado, tendo recolhido ao Depósito de Presos de Caxias, onde lhe foi dado o nº 27.806, sendo libertado em 5 de Dezembro de 1967, juntamente com outros pinhalnovenses detidos na mesma altura e pelos mesmos motivos: Desidério de Oliveira Macau; Rodrigo Apolónia Bento; António Augusto B. Grilo e Brito da Silva Rosa. Durante a sua detenção foi sujeito a interrogatórios violentos e sofreu torturas e sevícias diversas.

Quando regressou de Caxias, foi-lhe recusado o posto de trabalho que tinha na CP, tendo ele e a sua família passado por grandes dificuldades. Recorreu aos Tribunais que lhe deram razão. Porém não voltou à CP, tendo passado a trabalhar em várias empresas da cintura industrial do Tejo, até atingir a idade da reforma.

- **Desidério Oliveira Macau**

Desidério Oliveira Macau, nasceu em 25 de Abril de 1937 em Pinhal Novo.

Trabalhou na Siderurgia Nacional, em Paio Pires, até ser detido pela PIDE em 17 de Julho de 1967, por atividades contra a segurança do Estado, tendo recolhido ao Depósito de Presos de Caxias, onde lhe foi dado o nº 27.805 e de onde foi libertado em 5 de Dezembro de 1967, juntamente com outros pinhalnovenses detidos na mesma altura e pelos **mesmos motivos**: Carlos Alberto da Silva; Rodrigo Apolónia Bento; António Augusto B. Grilo e Brito da Silva Rosa.

Em Caxias foi sujeito à tortura do sono, esteve 2 meses no isolamento e sofreu diversas outras sevícias. Partilhou a cela com outros pinhalvovenses então também detidos, e ainda com o destacado dirigente do PCP, já falecido, Dinis Miranda.

Na Siderurgia, onde se apresentou depois da sua libertação, foi-lhe recusado o posto de trabalho que tinha anteriormente, passando, a partir daí, a dedicar-se à manufatura e comércio de mobiliário.

Desidério Macau é um cidadão afável, de um trato irrepreensível e dedicou grande parte da sua vida à música, tendo sido notável filarmónico nomeadamente na Banda da Sociedade Filarmónica União Agrícola de Pinhal Novo, de cujos Corpos Gerentes também fez parte.

- **União dos Sindicatos de Setúbal/ CGTP-IN**

A União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN foi fundada em 28 de Agosto de 1975 pelos Sindicatos dos Caixeiros do Distrito de Setúbal, Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, Sindicato Ferroviário do Sul, Sindicato dos Químicos do Distrito Setúbal, Sindicato dos Corticeiros do Sul, Sindicato da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito de Setúbal, Sindicato dos Bancários do Sul e Sindicato dos Têxteis e Vestuário do Distrito de Setúbal.

No atual momento, estão representados na União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN, vinte e três sindicatos em representação de 50.522 associados.

Destacou-se como atividade principal da União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN as lutas em “Defesa do Emprego” no sector da indústria, comércio e serviços em vários empresas do Distrito e concelho de Palmela, a luta contra os salários em atraso na década de oitenta, as diversas greves gerais em defesa dos direitos e contra as alterações à Legislação Laboral, as diversas manifestações realizadas pelas Comemorações do 25 de Abril e 1.º Maio em liberdade, a luta pela redução do horário de trabalho, para as 40 horas no sector privado e para as 35 horas no sector público;

Destaque nos anos recentes para as marchas “Contra o Desemprego” e “Contra o Empobrecimento” com passagem por diversos concelhos do distrito;

No atual momento coordena a luta pelo aumento dos salários, pela publicação dos acordos coletivos de entidades empregadoras públicas (ACEEP), pela passagem de trabalhadores com vínculo precário a vínculo efetivo, em defesa das funções sociais do estado e serviços públicos de qualidade;

Pugna ainda, pela defesa da Constituição da República Portuguesa, pela valorização do trabalho e trabalhadores e dos valores de Abril.

40º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL – JORNALISMO E LIBERDADE

- **Gabriel Francisco Alves Rito**

Gabriel Francisco Alves Rito nasceu a 1 de fevereiro de 1973, em Estremoz, e reside em Setúbal.

É mestre desde 2013 em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com uma tese sobre “O princípio da igualdade e os direitos sociais”.

Empresário e diretor da rede de jornais Losango Mágico - um dos maiores grupos de comunicação social do distrito de Setúbal – Francisco Alves Rito iniciou a sua atividade como jornalista no concelho de Palmela e passou, entre outros, pela redação da Gazeta de Palmela.

Em fevereiro de 1998, criou a Sociedade Comercial Losango Mágico com o lançamento do primeiro título – o “Jornal do Pinhal Novo”. Até 2003, a empresa lançou um novo jornal local por ano, em diversos concelhos, contribuindo para o fortalecimento do panorama da comunicação social local, e deu início, com o “Notícias do Seixal”, ao *franchising* de títulos, com grande expansão pela Península de Setúbal.

Depois de alterações no grupo, a veia empreendedora levou-o a reformular o produto e a lançar, em 2011, um novo projeto, que veio englobar todos os semanários num formato diário – o “Diário da Região”, sediado em Pinhal Novo e com forte implantação em toda a Península.

A profunda ligação ao mundo da comunicação social local e regional, que, segundo defende, tem vantagens diretas na «geração de mais riqueza, emprego e desenvolvimento, e indiretas, no aumento dos índices de leitura e aprofundamento da democraticidade», levou-o à Presidência da APIG – Associação Portuguesa de Imprensa Gratuita*, fundada a 30 de abril de 2005.

Em janeiro de 2014, lançou, com o “Setúbal na Rede”, uma parceria, inédita entre órgãos de comunicação social regionais, com vista à gestão de um sítio comum na Internet, designado ‘O Portal do Distrito’.

- **José Manuel Rosendo**

José Manuel Rosendo tem 52 anos e é natural de Pinhal Novo, onde inicia a sua carreira jornalística, ao serviço da Popular FM. Frequenta um curso de Jornalismo no Cenjor, Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, e em 1993 entra para a Rádio Press, numa passagem fugaz, já que é nesse mesmo ano que começa a trabalhar na Antena 1. Uma relação que perdura há mais de duas décadas, a par de colaborações com a Agência Lusa e o Jornal de Notícias.

Sempre interventivo e atento à realidade do seu concelho, lança, no início do novo milénio, o projeto de comunicação social local "O Pinhalnovense".

Ao serviço da rádio pública, dedica-se, nos últimos anos, à reportagem em zonas de conflito no Médio Oriente: Iraque, Israel, Cisjordânia, Faixa de Gaza, Líbano, Afeganistão, Paquistão, Egito e Líbia. O funeral de Yasser Arafat, a retirada dos colonatos israelitas da Faixa de Gaza, a guerra do Verão de 2006 no Líbano e a chegada dos militares portugueses em novembro de 2006, são exemplos de algumas das reportagens que assina, destacando-se pelo profundo conhecimento sobre a história conturbada destas regiões do globo e pela sensibilidade com que analisa, quer os cenários políticos, quer os dramas pessoais que se desenrolam no quotidiano.

Em 2007, publica o livro "De Istambul a Nassíria – Crónicas da Guerra no Iraque", e quatro anos mais tarde, é agraciado com o Prémio Gazeta de Rádio 2011, atribuído pelo Clube dos Jornalistas, que distingue a reportagem "Tahia Líbia" sobre os primeiros dias da revolta em Bengazzi, e o trabalho "Descobrir a Liberdade". A «qualidade, a densidade informativa e o estilo sóbrio e competente do jornalista da Rádio Pública» são as razões que justificam a escolha do júri.

A Biblioteca Municipal de Palmela recebe, em 2012, sob o título de "Marcas de Guerra", uma coleção de 33 fotografias marcantes, que retratam os anos mais recentes do seu percurso jornalístico.

- **Maria de Fátima Caçoete Brinca**

Maria de Fátima Caçoete Brinca, reconhecida no mundo do jornalismo como Fátima Brinca, é natural de Pinhal Novo e nasceu a 25 de maio de 1949. Estudou na Escola Industrial e Comercial de Setúbal e cedo se envolveu na vida cívica e política da cidade e da região.

Durante 28 anos, trabalhou nos escritórios da empresa Movauto e foi dirigente de sete Comissões de Trabalhadores e do Sindicato dos Trabalhadores de Escritórios. Foi dirigente, também, do Clube Movauto ao longo de 12 anos. A 8 de Setembro de 1975, no âmbito da manifestação que reuniu milhares de pessoas em Setúbal, com concentração posterior junto ao Quartel do 11, acumulava, já, a profissão de jornalista e integrava a redação do jornal "O Setubalense", trabalhando, em particular, junto dos bairros de lata da cidade. A manifestação foi convocada por diversos partidos de esquerda e pretendia apoiar o poder popular e os militares daquele quartel, para além de denunciar situações graves vividas nas empresas do concelho, inclusivamente, o próprio "O Setubalense". Na altura dos discursos, Fátima Brinca foi escolhida para proceder à leitura de um comunicado sobre a situação que se vivia no jornal – posição

pública que marcou o início do processo de ocupação, que viria a ocorrer pouco tempo depois.

Participou nos filmes “Setúbal, Cidade Vermelha” e “25 Anos do 25 de Abril”.

Enquanto jornalista, colaborou, entre outros, com o “Jornal do Concelho de Palmela”, “O Crime”, o “Actual”, “A Capital”, o “Diário de Notícias”, o “Mundo Desportivo”, o “Notícias da Manhã” e o “Correio de Setúbal”. Atualmente, é proprietária e diretora do Jornal do Pinhal Novo – o mais antigo jornal do concelho de Palmela em atividade – e colabora, enquanto responsável pelos conteúdos regionais, no centenário “O Setubalense”, regressado às bancas no início deste ano, depois de um interregno.

A cultura e, em particular, o Fado, são paixões que têm, também, ocupado lugar de destaque na sua vida. É agente e promotora de artistas da região, e colabora, frequentemente, com o movimento associativo.

ECONOMIA LOCAL

- **Casa Venâncio da Costa Lima**

Venâncio da Costa Lima nasceu em 1892, na povoação de Quinta do Anjo, no seio de uma família humilde. Teve como primeira profissão comerciante de gado, rapidamente diversificou o seu negócio, comercializando essencialmente produtos agrícolas.

Em 1914 funda a Casa Agrícola Venâncio da Costa Lima, na Quinta do Anjo. Dedicada essencialmente ao comércio de vinho, azeite e cereais, esta empresa dedica-se posteriormente e em exclusivo, ao fabrico e comercialização de vinho.

Entre os anos 1930-1950, a Venâncio da Costa Lima era a segunda maior produtora de vinho da região.

Deixa a adega aos seus sobrinhos, que desde essa altura, se especializam no Vinho e Moscatel de Setúbal.

Com a passagem de quatro gerações, esta adega continua a ser uma empresa familiar, que movimenta anualmente 3 milhões de litros.

Produtora de Vinhos de Mesa, Vinhos Certificados (Regional Península de Setúbal e DO Palmela) e Moscatel de Setúbal, esta empresa mantém o seu objetivo: produzir vinhos atuais e modernos, mas mostrando sempre o perfil e as características de um vinho desta região.

Para uma empresa familiar, cem anos representam várias gerações apostadas em prosseguir o caminho definido pelo fundador. Neste caso, um caminho de sucesso em busca da excelência na produção de vinhos. Desde sempre que a Venâncio da Costa

Lima se habituou ao sucesso e se assumiu como uma das grandes adegas do concelho de Palmela.

A aposta constante no melhoramento dos seus produtos, tem levado o nome desta empresa aos grandes certames internacionais, sobretudo com os seus magníficos moscatéis de Setúbal que se habituaram a ter o ouro como objetivo. O seu palmarés nas últimas edições do concurso “Muscats du monde” demonstra o cuidado que dedica a todo o processo produtivo dos seus moscatéis.

Para atestar ainda mais a qualidade dos seus vinhos, este produtor centenário acaba de conquistar mais uma medalha de ouro no “Challenge International du Vin”, com o seu Moscatel de Setúbal, Reserva de 2007.

GRAU PRATA

EMPREENDEDORISMO SOCIAL

- **Pedro de Campos Vieira Dias**

Nascido a 10/02/1985, licenciado em Gestão e Sistemas de Informação, pela Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal, Pedro Dias é portador de deficiência motora (paralisia cerebral). Não obstante ser residente em Azeitão, foi numa IPSS do concelho de Palmela (Centro Social Paroquial de Pinhal Novo), que iniciou a sua atividade profissional, ao desenvolver um projeto de âmbito social, inovador que responde às necessidades sentidas pelos cidadãos portadores de deficiência e/ou incapacidade permanente.

Este projeto “Empreender Social” totalmente pensado, concebido e desenvolvido por este Jovem, foi já no ano de 2012 distinguido pelo BPI com uma menção honrosa pela sua qualidade e inovação. No ano de 2013, assistiu-se à apresentação/divulgação pública do mesmo, no concelho de Palmela, com o apoio de várias entidades, inclusive da Câmara Municipal de Palmela.

O Projeto “Empreender Social” é uma estrutura de Empreendedorismo Integrado que tem como principal objetivo, apoiar as pessoas com deficiência e/ou incapacidade permanente no seu processo de integração ou reintegração no mercado de trabalho, pela via da criação do próprio emprego. Procura, assim, através de apoio especializado e permanente junto destes cidadãos, ajudar a criar um projeto de vida de sucesso que viabilize a sua real e plena integração na sociedade.

Trata-se pois, de uma resposta social, Inovadora e praticamente Pioneira em Portugal, exclusivamente dedicada à população com deficiência e/ou incapacidade permanente.

Importa reconhecer que o jovem Pedro Dias, a partir das dificuldades com que se debate(eu) diariamente, é(foi) capaz de criar e gerar oportunidades de esperança para

si e para os outros, pelo seu cariz dinâmico, empreendedor e motivador, ajudando a transformar incapacidades em capacidades, e tudo isto por ACREDITAR que a sua missão “mais do que criar empresas de sucesso é criar vidas de sucesso”, sendo por isso um exemplo a seguir por todos os que em algum momento da sua vida se vejam confrontados e condicionados pelas suas vulnerabilidades.

A par desta sua atividade ainda encontra tempo e disponibilidade para “estar” voluntariamente junto dos idosos do Centro de Dia, nas suas experiências de abordagem ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

DESPORTO

- **Daniel Jorge Martins Coelho Pó**

Licenciado em Educação Física e Desporto pela Faculdade de Motricidade Humana. Professor da Disciplina de Educação Física desde 1994, na Escola Secundária de Palmela de 1994 a 1996 e, posteriormente, na Escola Secundária de Pinhal Novo, onde permanece. Exerceu funções de Técnico de Gestão Desportiva na Câmara Municipal do Seixal, entre 2000 e 2002. Ligado ao Desporto Escolar da Península de Setúbal desde 1997, tendo tido responsabilidades organizativas, entre 1999 e 2005. Praticante de Atletismo de 1987 a 2001. Campeão Nacional de Salto em Comprimento e Triplo Salto em 1988. Treinador da modalidade entre 1999 e 2001. Formador da Federação Portuguesa de Atletismo. Assistente convidado da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal desde janeiro de 2011.

Treinador de Orientação desde 1998, estando associado aos principais êxitos da modalidade pela Escola Secundária de Pinhal Novo. Treinador do ano em 2006 e 2007 na modalidade Orientação e 15.º lugar nacional em 2006 atribuído pela Confederação de Desporto de Portugal. Mereceu o reconhecimento público de Mérito Desportivo pelo Instituto do Desporto de Portugal, em 2006. Membro da Comissão de Honra do Fórum do Desporto da Península de Setúbal, em 2007. Membro do Conselho de Administração/Gestão da Palmela Desporto, E. M. entre 2010 e 2013 e no atual mandato de 2014 a 2017. Membro da organização dos Campeonatos Europeus de Orientação e de Orientação de Precisão realizados em Palmela e Sesimbra, em 2014.

- **José Paulo Ventura Pinho**

José Paulo Ventura Pinho, nasceu a 18 de Janeiro de 1970 em Ferragudo (Algarve) e reside em Palmela.

É licenciado em Educação Física e Desporto, pela Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana.

Foi Professor de Educação Física na Escola Preparatória de Portimão, (1989/1990), na Escola C+S de S. Domingos de Rana (1993/94), na Escola Secundária de Palmela (de 1994 a 1996), na Escola Secundária do Viso (1996/97)

De 1997 a 1998 exerceu funções de Técnico-Pedagógico destacado no Centro da Área Educativa da Península de Setúbal, no âmbito do Desporto Escolar.

Atualmente é Professor na Escola Secundária de Palmela (1998 a 2014) onde tem desempenhado os seguintes cargos: Coordenador do Departamento e de Grupo Disciplinar, membro do Conselho Pedagógico da Escola (5 anos), Diretor de Turma, Coordenador do Desporto Escolar, Orientador de Estágio (Instituto Piaget), responsável pela parte dos cursos de animadores em contexto local e de agentes de ambiente e desporto.

Foi Supervisor do Centro da Área Educativa da Península de Setúbal na modalidade de Orientação(1998/1999/2000) e responsável pelo Grupo/Equipa de Orientação da ES Palmela durante 17 anos, com diversos títulos distritais, regionais e nacionais, para além da participação de alguns alunos em provas internacionais em representação da seleção nacional (1998 a 2014).

Foi também Técnico do Centro de Formação Desportiva de Orientação do Concelho de Palmela e da A.A. Lebres do Sado (2002 a 2006)

Organizou de mais de uma centena de provas de Orientação no âmbito do Desporto Escolar e abertas à comunidade.

- **Manuel João Valentim Pereira**

Nasceu a em 27 de maio de 1966, tem como Habilitações literárias o 12.º Ano de Escolaridade. Residente em Pinhal Novo, é o Presidente da Direção da Associação Académica Pinhalnovense.

Atividade a destacar, desenvolvida como Dirigente Associativo Desportivo:

Época Desportiva 2005/2006 – acompanhou e colaborou no apoio logístico com a Secção de Atletismo da Associação Académica Pinhalnovense.

Época Desportiva 2006/2007 – em setembro de 2006 assumiu o cargo de Seccionista da Secção de Atletismo da Associação Académica Pinhalnovense, dando continuidade ao projeto desenvolvido pela secção que tinha como objetivos o crescimento do número de praticantes, a divulgação da modalidade, o estabelecimento de parcerias, a organização de eventos com o objetivo de conquistar adeptos para a modalidade na comunidade local e na região de Setúbal. Ainda durante esta época desportiva foi eleito Vice-presidente da Associação Académica Pinhalnovense.

Época Desportiva 2007/2008 – em julho de 2007 passa a coordenar a Secção de Atletismo da Associação Académica Pinhalnovense, dando início à segunda fase do projeto da Secção de Atletismo apoiado no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Atletismo pela Câmara Municipal de Palmela.

Desde então, com dinamismo e organização, apresentou um projeto sério, estabeleceu parcerias com entidades, empresas e o comércio local, para constituir os Planos Anuais de Atividades da AAP. Aumentou o número de praticantes desportivos de atletismo na Associação Académica Pinhalnovense, bem como criou uma equipa de trabalho que organiza cinco eventos desportivos de atletismo em parceria com a Câmara Municipal de Palmela e a Associação de Atletismo de Setúbal.

Foi agraciado com o Prémio de Dirigente do Ano 2008 e 2013 pela Associação de Atletismo de Setúbal.

- **Marco António do Nascimento Moraes**

Natural de Lisboa, onde nasceu a 23 de julho de 1972, reside atualmente em Almada. É treinador desde 1997.

O Marco Moraes é mestre do judo com a licença federativa n.º 29381 – graduação 4.º Dan, sendo um atleta internacional com estatuto de alta competição.

Tornou-se treinador de 3.º grau reconhecido pela Federação Portuguesa de Judo, em 2001, sendo igualmente monitor reconhecido pela Associação Distrital de Judo e Árbitro de Judo. A sua carreira contempla participações em estágios em França, Alemanha, Espanha e Hungria.

Atualmente é responsável técnico na Sociedade Filarmónica União Agrícola em Pinhal Novo, função que desempenha desde 1999, é membro da equipa técnica da Associação Distrital de Judo de Setúbal e técnico no colégio S. Cristóvão em Setúbal.

Entre as várias vitórias e classificações meritórias alcançadas em diversas provas, destacam-se no melhor palmarés desportivo a vitória alcançada como Campeão Nacional de Esperanças, em 1987 e Campeão Nacional Sénior, em 1999; diversos títulos de vencedor dos torneios da Federação Portuguesa de Judo e torneios Kyoshy Kobayashy; participação em campeonatos do mundo e da Europa, ambos em 1997, Campeão do Mundo por Equipa do INATEL, em 1998 e várias participações em torneios internacionais.

Resultados Relevantes alcançados pela SFUA durante a Época Desportiva 2013/2014:

Títulos:

- a nível internacional: Judo

Carina Gouveia (Sociedade Filarmónica União Agrícola – Federação Portuguesa de Judo)

- 1.ª classificada na competição de Judo (-63kg) na 3.ª edição dos Jogos da Lusofonia, 18 e 29 de janeiro, Goa, Índia;

- a nível nacional: Judo

Andreia Zeferino (Sociedade Filarmónica União Agrícola)

- Campeã Nacional de Júniores (-70kg), Campeonato Nacional de Júniores, 1 de março de 2014, Pinhal Novo;

Lugares de Pódio: Judo

Andreia Zeferino (Sociedade Filarmónica União Agrícola)

- 3.ª Classificada no Master's (-70kg) – Master's da Federação Portuguesa de Judo, 19 de janeiro de 2014, Odivelas;

Carina Gouveia (Sociedade Filarmónica União Agrícola)

- 3.ª Classificada no Campeonato Nacional de Seniores (-63kg) – Campeonato Nacional de Seniores, 23 de novembro de 2013, Odivelas;

Richard Glied (Sociedade Filarmónica União Agrícola)

- Vice-Campeão Nacional de Veteranos (-90kg) – Campeonato Nacional de Veteranos, 24 de novembro de 2013, Odivelas;

Mário Silva (Sociedade Filarmónica União Agrícola)

- 3.º Classificado no Campeonato Nacional de Veteranos (+90kg) – Campeonato Nacional de Veteranos, 24 de novembro de 2013, Odivelas;

Leon Glied (Sociedade Filarmónica União Agrícola)

- Vice-Campeão Nacional de Cadetes (+90kg) – Campeonato Nacional de Cadetes, 1 de fevereiro de 2014, Odivelas;

- 3.º Classificado no Campeonato Nacional de Júniores (-100kg) – Campeonato Nacional de Júniores, 1 de março de 2014, Pinhal Novo;

• Ricardo Miguel Oliveira Calado Pereira Chumbinho

Nasceu a 13 de Janeiro de 1967 em Tavira e reside em Setúbal.

Licenciado em Educação Física – Ramo de Formação Educacional, pela Faculdade de Motricidade Humana/Universidade Técnica de Lisboa, tem o curso de Mestrado em Ciências da educação – Metodologia da Educação Física.

É professor de Educação Física no Ensino Secundário desde 1992 na Escola Secundária de Palmela, tendo desempenhado os seguintes cargos: Diretor de Turma, Delegado de Grupo, Diretor de Instalações, Coordenador do Desporto Escolar, Responsável por Grupo/Equipa de Desporto Escolar, Responsável por Grupo de Orientação e Escalada (GOE), Coordenador do Centro de Formação Desportiva de Orientação do Concelho de Palmela (CFD), Coordenador de Associação Desportiva Escolar (ADE), Responsável por Escola de Referência Desportiva de Orientação (ERD), Instrutor de Procedimento Disciplinar, Coordenador de Secretariado de Exames, Orientador de Estágio (FMH, ISMAG e Piaget Almada), Relator/Júri de Avaliação de Desempenho Docente, Membro da Comissão Coordenadora da Avaliação do Desempenho e Secção de Avaliação do Desempenho Docente, membro do Conselho Pedagógico e Coordenador de Departamento. Atualmente, e desde 2013, é membro do Conselho Geral da ES Palmela.

Em 1994, ainda antes de a Orientação constar nos programas oficiais de Educação Física ou no Programa de Desporto Escolar, foi o precursor de toda a atual dinâmica da modalidade no concelho de Palmela. No âmbito de algumas das funções referidas, organizou e participou na organização de inúmeras provas e atividades de Orientação de âmbito local e regional, nos últimos 20 anos.

- Em 2003 foi nomeado Coordenador Nacional de Orientação no Ministério da Educação / Desporto Escolar. Foi responsável técnico pela organização do Campeonato do Mundo ISF de Orientação (2013 – Algarve), e é responsável pelas equipas e seleções nacionais escolares nos Campeonatos do Mundo ISF de Orientação desde 2004. Organiza os Campeonatos Nacionais de Orientação desde 2004.
- (2006) Escola Superior de Educação de Setúbal, professor contratado para lecionar os blocos de Escalada e Orientação em diferentes disciplinas e unidades curriculares do Departamento de Desporto (atualmente Assistente Convidado).

Tem vários artigos publicados sobre desporto escolar e sobre Orientação na imprensa local, regional e nacional sobre Orientação.

Outras funções desempenhadas:

- (1997 – 2002) Coordenador do Sector de Desporto Escolar na DREL / Centro de Área Educativa da Península de Setúbal.
- Membro da organização do 1º Congresso do Desporto Escolar (1998 - Lisboa), Campeonato do Mundo ISF de Ténis de Mesa 1998 - Tavira), 51º Jogos de Verão da FISEC (1999 - Lisboa), Campeonato do Mundo ISF de

Voleibol (2000 - Matosinhos), Campeonato do Mundo ISF de Orientação (2002 – Vieira de Leiria)

- Responsável pela organização do Apuramento nacional para Campeonato do Mundo ISF de Ténis de Mesa (1998 – Setúbal), Encontro Nacional de Raquetas (1999 – Tróia e Setúbal) e Campeonato Nacional de Desportos Gímnicos / Festa do Desporto Escolar (2002 – Corroios)
- Chefe de Comitiva adjunto da delegação portuguesa aos 50º Jogos de Verão da FISEC (1998 – Las Palmas),
- Diretor-geral do Campeonato da Europa de Orientação e Orientação de Precisão, bem como etapa da Taça do Mundo (Portugal, Abril de 2014)
- Membro da direção da Federação Portuguesa de Orientação desde 2004
- Membro da Comissão Organizadora dos Jogos do Sado desde 2003. Responsável pelo sector de voluntários de diversas edições da Taça do Mundo de Águas Abertas e Qualificação Mundial para JO de Londres 2012 em águas abertas.
- Treinador de Andebol infantil no Clube de Futebol Os Belenenses (1998/99), Professor de Ginástica no Vitória Futebol Clube (1990-1993), Treinador da equipa de Pentatlo Militar na EPA e RMS (1992), Treinador de Futebol infantil no Vitória Futebol Clube (1993/94), Secretário Técnico no Clube de Ténis de Setúbal (1994 – 1997).

Recebeu em 1992, um Louvor pelas funções desempenhadas enquanto oficial adjunto e Educação Física, chefe da equipa de partidas do Campeonato do Exército de Orientação e treinador das equipas de Pentatlo Militar da unidade e da Região Militar Sul (Escola Prática de Artilharia, Comandante da Unidade), em 2002 um Louvor pelas funções desempenhadas na organização do Campeonato do Mundo ISF de Orientação (Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, Diretor do GCDE) e em 2010, o Prémio “Professor do Ano” (Ministério da Educação / DGIDC, Diretor do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar).»

Sobre a proposta de *Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela e da Medalha Municipal de Mérito 2014* numerada **GAP 02_10-14 intervêm:**

O **Sr. Vereador António Braz** menciona que a análise efetuada pelos Vereadores do PS, em relação à proposta em apreço, resulta no seguinte:

. O texto do regulamento dita que “(...) constitui um reconhecimento público do Município aos cidadãos e entidades (...)”. Nesse sentido, o PS congratula-se com o nome que propôs para a atribuição da medalha de honra: Sr. Vítor Manuel Barrocas Borrego. No entanto, há a registar

uma discordância neste rol de medalhas e que se refere à União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN. Na área do sindicalismo há alguém no concelho de Palmela que tem feito um trabalho de relevo. Ainda, no início desta reunião, o Sr. Vereador Adilo Costa reportou o serviço e o empenho que a Autoeuropa tem no País e no concelho. Há um trabalho exemplar que tem sido feito, diferenciado na defesa dos trabalhadores e seus postos de trabalho, bem como na sustentabilidade da empresa Autoeuropa com uma visão de futuro que tem beneficiado muito os trabalhadores do concelho de Palmela. Como devem calcular, estamos a referir-mo-nos a António Chora. Aquando da reunião da Comissão de Avaliação das Medalhas este nome foi sugerido pelo PS, mas não foi aceite. Na área do sindicalismo faria muito mais sentido o nome de António Chora do que a própria União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN. Este é o entendimento, dado que lhes parecia ser uma boa escolha para a Medalha de Mérito na área da resistência e liberdade. Por isso, tendo um sindicalista desta dimensão – António Chora – não compreendem a escolha que foi feita.

. Defende que, antes de as propostas das Condecorações serem apresentadas em reunião de Câmara, deviam primeiramente as pessoas envolvidas na escolha lançar os nomes para que pudessem discutir e chegar a resultados mais consensuais, de modo a não haver divergências. Opina que a atribuição das Medalhas de Honra e de Mérito deve ter uma abrangência quase consensual. Lamenta que, nestas matérias, muitas vezes o Executivo em maioria opte por partidarizar 'um pouco' estas questões. Relativamente à atribuição da Medalha de Mérito à União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN, os Vereadores Socialistas pensam ter havido alguma partidarização. Ainda assim, e uma vez que a proposta inclui pessoas e entidades do concelho, os Vereadores do PS vão votar a favor desta proposta.

A Sr.ª Vereadora Adília Candeias cumprimenta os presentes.

A Sr.ª Vereadora Adília Candeias começa por referir que é com algum "desencanto" que ouviu a forma como o Sr. Vereador António Braz coloca esta questão que se reporta ao reconhecimento das pessoas que se propõem condecorar. Este processo das Condecorações está a ser praticado há alguns anos. É costume ter presente, nas reuniões de trabalho que antecedem a reunião de Câmara, membros da Assembleia Municipal de todos os partidos políticos com representação nesse órgão e, também, com membros da Câmara Municipal. Dessas reuniões resulta uma proposta consensualizada. Evita-se levar para reuniões públicas nomes de pessoas e/ou entidades que foram sugeridos ou apontados. Esta tem sido a prática. Mais refere que, na reunião em que esteve presente, ninguém se manifestou contra a atribuição da Medalha de Mérito à União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN, nem mesmo os Eleitos do PS. Foi respondido que havia consenso relativamente à União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN, mas queria incluir-se outro nome. A sua experiência e o comportamento que tem havido ao longo dos anos vão no sentido de que este tipo de propostas não deve ser banalizado. As condecorações devem ser o mais consensual possível e ninguém deve receber uma medalha com azedume. O nome sugerido esteve também em consideração na reunião que

teve lugar, mas o entendimento foi que não representava tudo o que é a luta dos trabalhadores e muito menos do sindicalismo, pelo que uma instituição coletiva mais alargada foi a entidade que se propôs. Não lhe parece razoável que se venha referir uma partidarização quando se aponta a União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN para a atribuição da Medalha de Mérito. Recorda que, na reunião de preparação das propostas das Condecorações, chegou mesmo a aferir a possibilidade de se rever a questão da União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN, caso não houvesse consenso. Isto tem de ser afirmado com toda a frontalidade!

A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** menciona que nas reuniões de Câmara podem discutir os assuntos que se entenderem, mas, em sua opinião, deve-se ter alguma contenção e cuidado quando se vem para a reunião pública de Câmara abordar nomes de pessoas que não foram incluídos! Isto não significa que amanhã não possam vir a sê-lo. Pode, inclusivamente, indicar 30 ou 40 nomes de membros de comissões de trabalhadores ou sindicalistas que, provavelmente, os Srs. Vereadores Socialistas desconhecem, mas que fazem parte da história das empresas do concelho de Palmela que, com grande dor e sofrimento, chegaram mesmo a ser despedidos com prejuízo para os próprios e suas famílias, e indica a comissão de trabalhadores / comissão sindical de: Cometna, Melka, Agaerre, Socar, Ferroviários, Control Data (atual Visteon). Há trabalho precário ao dia! Já nem é ao mês, nem à semana, é ao dia! Vejam bem se não há motivo para a luta dos trabalhadores? Adianta outros nomes de firmas, como sejam: Quimigal, Hellyens, Setnave, Lisnave, Siderugia e Movauto, cujas empresas não se situam no concelho de Palmela, mas que muita repercussão tiveram neste território, devido ao seu encerramento ou redução do número de trabalhadores. Muitos nomes podiam ser indicados! Havendo a dificuldade em destacar um sindicalista (a não ser por uma questão mais mediática, como é um homem da Comissão de Trabalhadores da Autoeuropa!), o que não significa que não possua o maior reconhecimento público.

A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** conclui dizendo que se tem procurado sempre que as pessoas sejam reconhecidas de uma forma geral. Pessoalmente não tem nada contra a pessoa indicada para Condecoração e fica “chocada” por virem a reunião de Câmara, e quiçá a sessão da Assembleia Municipal, falar em nome de determinada pessoa, quando este foi um assunto tratado em reunião preparatória.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que não tem nada a objetar na generalidade aos nomes propostos. Também lhe parece que não devem estar a particularizar nomes de pessoas. Se bem confessa, tem muita dificuldade em considerar, ao nível de muitas pessoas que vêm referenciadas na proposta, a União dos Sindicatos de Setúbal/ CGTP-IN. E, a sua justificação é a seguinte: o facto de se condecorar ‘alguém’ porque “(...) organiza manifestações para comemorar o 25 de Abril ou o 1.º de Maio (...) luta pela redução do horário de trabalho (...)”. Há uma série de questões que têm vincadamente uma marca partidária, mas “vindo de quem vem isto é o sindicalismo do passado!” Não lhe parece que o “sindicalismo do passado” seja o mais adequado, mas não é por este facto que vai votar contra. Não vai argumentar mais sobre

esta matéria, mas parece-lhe de certa maneira “forçada” a atribuição desta Medalha. Quanto aos demais – pessoas individuais e entidades – mostra-se perfeitamente de acordo. Não vai individualizar, até porque há pessoas que conhece melhor do que outras, e por algumas nutre um carinho especial. Considera a atribuição destas Medalhas justas e merecidas, sendo certo que a Sr.^a Vereadora Adília Candeias referiu, e bem, que estas Medalhas devem ser um justo reconhecimento e não devem ser banalizadas, porque isso desmerece quem é medalhado. Estas Condecorações devem servir para realçar aqueles que são medalhados e não para banalizar a atribuição das Medalhas, caso contrário acaba por não ser um reconhecimento por aquilo que estas estão a ser homenageadas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** reporta-se aos anos 70 (1970) em que a sua profissão era a de fiel de armazém e conhecia nomes como António Santos que, a fugir à PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) conquistou à Ação Social Popular, o Sindicato dos Metalúrgicos. Ou, “mesmo o Manuel palmelão”, despedido da CUF, porque era um destacado defensor das liberdades – defendia os seus camaradas de trabalho, acabou por vir trabalhar para a indústria automóvel em Setúbal. Na altura, quer o PCP – Partido Comunista Português (“faça-se justiça!”), quer a liga operária católica (“faça-se justiça!”), quer a juventude operária católica (“faça-se justiça!”) criaram a Intersindical Nacional. O Sindicato dos Bancários também foi conquistado à ditadura. Estes dois Sindicatos foram os vetores daquilo que, em sede de resistência e liberdade, se construiu; e aquilo que, de futuro, veio a ser o movimento sindical que depois, naturalmente, teve as suas decisões perfeitamente legítimas e foi criada a CGTP-IN (União dos Sindicatos de Setúbal) e a UGT (União Geral de Trabalhadores). Esta é uma reflexão sobre o que foi a resistência e a construção do pioneirismo. Depois deste período a situação tornou-se mais fácil. Ele próprio foi delegado sindical durante muitos anos, durante o período ‘mais difícil’ e ‘mais fácil’.

Sobre a abordagem havida nesta reunião acerca da proposta em apreciação - *Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela e da Medalha Municipal de Mérito 2014* -, o **Sr. Vereador Adilo Costa** considera que, até por razões de ética, devem evitar a citação de nomes, inclusivamente para não ferir suscetibilidades. De todo o modo, o nome sugerido não tem exatamente a ver com a temática da RESISTÊNCIA E LIBERDADE; pode estar relacionado com a vida sindical dentro das empresas, mais numa perspetiva de comissão de trabalhadores do que de intervenção sindical. Não é exatamente o tema que está a ser enquadrado. Caso assim fosse podiam até, eventualmente, ser considerados nomes de outras pessoas.

Exprime que o sentido da sua intervenção tem como objetivo a recondução ao passado: ao pioneirismo e às dificuldades que houve. Lembra-se dos jovens advogados que vieram das “Beiras” para servir a União dos Sindicatos, que nem sequer conheciam a barra do Tribunal e, ainda assim, fizeram “milagres”. Hoje são destacados advogados em Setúbal e na região, um deles foi até Secretário de Estado. Ele pertencia, na altura, a uma coletividade e a maior parte dos trabalhadores saiu para um conjunto muito diversificado de atividades políticas, porque tal

era necessário. Homens ou Mulheres tinham (“bem ou mal” – “sabendo muito ou pouco”) de tomar mão. Opina que é legítima e plausível a atribuição da Medalha de Mérito à União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN, sendo que muitas oportunidades irão, com certeza, aparecer.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o Sr. Vereador António Braz foi muito claro, mas entende dever focar qual a posição do PS em relação a esta matéria: a questão que suscitam não se relaciona com a inclusão, mas tem a ver com a exclusão do nome sugerido. Na ótica dos Vereadores Socialistas há todo um valor simbólico neste reconhecimento e, também, um valor de futuro: é a atribuição de uma Medalha sobre um trabalho, mas o efeito que exerce sobre as pessoas e a comunidade é o sentido da valorização do trabalho. É nesse sentido de para o futuro exercer o incentivo e a motivação indexada à proteção que a comunidade tem destes momentos, apesar de o aspeto formal ser a atribuição de uma Medalha. Quanto a si, são pessoas que são exemplos e se traduzem em exemplos para outras gerações e isto é tudo o que vê nestes prémios de reconhecimento. E, falando de liberdade e de direitos de Abril, os Vereadores do PS acham que estiveram perante um processo de exclusão onde se sentiu uma índole partidária. Esta é a maneira como vêm no imediato o tema tratado. Vão votar favoravelmente a proposta apresentada, porque concordam com a apresentação dos nomes propostos e são merecedores de respeito. Por outro lado, não podem deixar de levantar a questão que aqui apontaram e que será divulgada na comunicação social para ter repercussões e as pessoas reconheçam os exemplos de boas práticas e boas vivências.

O **Sr. Presidente** denota a sua apreensão pelo facto de os Vereadores Socialistas parecerem quererem manchar o consenso e a fundamentação de atribuição duma Medalha. A estratégia do PS, mesmo expressando que vão votar a favor, não lhe parece condizente com obrigação, que julga dever existir também do conhecimento desta área. É bom esclarecer que existe um Regulamento Municipal das Condecorações, aprovado por unanimidade que, em termos metodológicos, expressa como todo o processo se desenvolve. Há fóruns próprios para a escolha dos temas e para a propositura dos nomes. Caso colocassem a concurso o processo de *Atribuição das Medalhas* seria como o Festival da Eurovisão: não sabe se ganhariam os melhores. Julga que não há partidarização, mas sim preconceito, da parte dos Senhores Vereadores da oposição, porque se está a chegar àquela fase (que faz lembrar alguns inimigos do 25 de Abril): “É lá da área dos vermelhos é preciso desconfiar!”. Pensava que a questão do preconceito já tivesse sido ultrapassada. Não é sua intenção falar em nomes que foram excluídos, mas, pessoalmente, se estivesse na reunião ter-se-ia batido até à exaustão pela sua inclusão. No entanto, esta proposta resultou numa consensualização, pelo que é, no mínimo, estranho que o PS tenha estado de acordo e agora venham os Srs. Vereadores para a reunião de Câmara fazer uma mácula a destoar na atribuição de uma das Medalhas! Observa que os Srs. Vereadores estão a confundir Comissão de Trabalhadores com Comissão Sindical! Talvez os Srs. Vereadores desconheçam que a Comissão Sindical da Autoeuropa é da CGTP-IN, a maioria dos trabalhadores é da União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN. Menciona que a Câmara

Municipal de Palmela tem as melhores relações com o Sr. António Chora, mas que anda nestas “andanças” há meia dúzia de anos, comparado com o Sindicato que está fundado desde 1975, mas que iniciou o seu trabalho em 1972 e representa 50.522 associados com milhares de associados no concelho de Palmela! O próprio representante do Bloco de Esquerda com assento na Assembleia Municipal de Palmela e que esteve na Comissão de Avaliação das Medalhas considerou que faz sentido homenagear uma entidade coletiva e não um sindicalista que é, apenas mais mediático do que outros. Questiona: os Srs. Vereadores sabem quem é o Luís Tempera? Ou a Paula Sobral? Sabem o que estas pessoas sofrem nas empresas? Tem de tirar o chapéu a todos os dirigentes sindicais, mas porque é que o sindicalista A é mais importante do que o B? Porque é duma grande empresa? Porque reúne consenso? Há negociações em todo o lado, até onde não há consenso! Considera que devem valorizar a luta, a determinação e a convicção daquilo que é correto ou incorreto e deixar o preconceito de lado. Afirma que não houve nenhum tipo partidarização, antes pelo contrário: a União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN é o sindicato mais representativo do concelho e do distrito. A atribuição da Medalha é uma homenagem a uma entidade coletiva que dá os seus contributos no âmbito do sindicalismo e, também, da liberdade. Com enfoque ao direito de tendência, colocam-se as perguntas: haverá direito de tendência nos TSD? Ou na UGT – União Geral de Trabalhadores? É porque, de facto, a tendência da CGTP-IN é de carácter mais plural, com tendência socialista, com tendência da liga católica operária. Não se trata dum sindicalismo do passado! Estão em referência pessoas que têm um grande passado e é graças ao seu passado que hoje se fala em liberdade. Respira-se este ar em liberdade! Não tem preconceitos relativamente ao passado, porque homenageia quem os ajudou a fazer este caminho e quem lutou antes de se ter iniciado este caminho. Não vale a pena tentar colocar alguma mácula nesta matéria e devem, de facto, estar unidos e em torno destas questões que têm, naturalmente, de ser consensualizadas como o foram antes de se chegar a esta reunião de Câmara. Caso contrário, isto seria um concurso, porque há outras pessoas que também lutaram pela liberdade, porque há jornalistas e outros que estiveram na Gazeta, na Voz de Palmela e na Linha do Sul. Todos (e cada um) deram os seus contributos, quer seja no plano institucional, quer seja no plano individual para as comunidades onde vivem na construção deste percurso de liberdade. Houve que destacar alguns temas e dentro da liberdade tinham mais de 50 temas, pelo que se tiveram de cingir àqueles que deram contributos decisivos, porque lutaram, lutam e que, ainda hoje, pagam caro essa ousadia de desafiar. Ser sindicalista hoje é muito difícil.

Termina dizendo que esta discussão foi boa para esclarecer algumas questões, mas lamenta que tivessem tanto tempo em dissonância, quando esta temática devia merecer total unanimidade, sem qualquer “beliscadela”.

A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** menciona que esta é a primeira vez, desde 2005, que se recorda duma situação como a que ocorreu hoje em relação à proposta de atribuição das Medalhas, em que, numa reunião pública, é demonstrado falta de acordo. A democracia dá

muito trabalho, mas ainda é o melhor regime. Não foi consensual a inclusão de outra pessoa (proposta pelo PS), mas deve acrescentar que, na primeira reunião que se realizou para o efeito, o Executivo da Câmara Municipal levou uma proposta comedida / restrita para a Comissão de Avaliação das Medalhas em que estavam, também, presentes membros da Assembleia Municipal. O tema apresentado referia-se ao 25 de Abril – liberdade e jornalismo. Recorda que foram os Eleitos do PS, fundamentando, e bem, que os 40 anos do 25 de Abril não deviam ficar limitados aos jornalistas, mas ser mais abrangente. Os Eleitos do PS fizeram, ainda, outras propostas, manifestando discordância em relação a alguns nomes que foram retirados da proposta inicial, porque a negociação é isso mesmo. A única situação que não foi consensual foi a inclusão de um nome, proposto pelo PS, que pelas razões aduzidas, não faz parte da presente proposta.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, e em minuta.

PONTO 3 – Opção de venda da participação da Câmara Municipal de Palmela no capital social da AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, no âmbito do processo de privatização da EGF.

PROPOSTA N.º GAP 03_10-14.

«No âmbito do processo em que o atual Governo pretende levar a cabo a privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), do Grupo Águas de Portugal AP, de que faz parte o sistema multimunicipal AMARSUL, a que aderiu o Município de Palmela, com os restantes Municípios da Península de Setúbal, todos subscritores de 49% do capital social e que com a venda de 51% detidos pelo Estado, vêm alteradas as condições e os pressupostos daquela subscrição, a - Parpública - Participações Públicas (SGPS) S.A e Águas de Portugal entregaram na Câmara Municipal uma carta solicitando a tomada de posição do Município acerca da opção de venda da participação dos 2,88% que o Município de Palmela detém na Amarsul, nos termos da minuta que acompanhava a referida carta e que se anexa à presente proposta.

Ora, considerando que:

1. A Câmara Municipal de Palmela, em devido tempo, se pronunciou (24 de janeiro de 2014) formalmente contra a intenção da privatização da EGF, dando nota dessa posição junto do Governo e da Associação Nacional de Municípios, por considerar que as políticas e as medidas apresentadas pelo Governo visam:
 - a) a alienação das participações públicas do estado na sociedade, com a venda da EGF a privados;

- b) abrir a concessão multimunicipal à participação maioritária de entidades privadas;
 - c) subverter as condições que levaram os Municípios a aceitar e a integrar o atual sistema multimunicipal e a participar no capital social da AMARSUL;
 - d) transformar o serviço público de gestão e tratamento de resíduos num negócio privado que apenas visa o lucro, com inevitáveis aumentos de tarifas e graves prejuízos para os trabalhadores da própria empresa, para a região e para o País.
2. Na sequência da resposta do Senhor Presidente da Câmara à carta do Senhor Ministro da Tutela (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia), rececionada em 17 de abril de 2014 sobre as designadas “reformas legislativas e regulatórias no setor dos resíduos sólidos urbanos”, em que o município de Palmela reiterou a exigência do respeito pela autonomia do Poder Local e o cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa, de modo a que não fossem tomadas quaisquer decisões ou medidas que visassem a alteração dos pressupostos que estiveram na base da criação do atual sistema multimunicipal e da AMARSUL, empresa presentemente equilibrada e sustentável financeiramente;
3. De forma reiterada, o Governo tem procurado alterar, ao “arrepio” da Lei e da Constituição da República Portuguesa, os próprios estatutos da empresa de resíduos sólidos – AMARSUL, facto que mereceu rejeição de todos os municípios que integram a referida empresa e da Câmara Municipal, (em 2 de maio de 2014); pronunciando-se coerentemente sobre a matéria, conforme carta que se junta cópia;

Propõe-se:

- a) atento os considerandos invocados, que a Câmara Municipal de Palmela não exerça a opção de venda da participação que o Município detém no capital social da Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., reafirmando a vontade de não aceitação da privatização da EGF (Empresa Geral de Fomento), e que manifeste a sua oposição às intenções em curso quanto às “Reformas Legislativas e Regulatórias em curso no setor dos resíduos sólidos urbanos”, ratificando as posições que sobre a matéria em apreço, esta Câmara Municipal tem assumido.
- b) que a presente proposta seja remetida, nos termos da legislação aplicável, para a Assembleia Municipal para os efeitos tidos por convenientes.
- c) que se dê conhecimento da presente deliberação da Câmara Municipal de Palmela, à Parpública – Participações Públicas (SGPS) S.A. e Águas de Portugal, à Presidência da República, à Assembleia de República, Grupos

Parlamentares, Juntas de Freguesia do Concelho, Conselho Metropolitano de Lisboa, Associação de Municípios da Região de Setúbal, aos Municípios Acionistas da AMARSUL, à Empresa Geral de Fomento, à AMARSUL, e à comunicação social em geral.»

Sobre a proposta de *Opção de venda da participação da Câmara Municipal de Palmela no capital social da AMARSUL* numerada *GAP 03_10-14* intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** começa por referir que discorda dos pressupostos invocados na proposta. A questão nesta proposta relaciona-se com a divisão da sociedade, o que é algo diferente. A vida em democracia é assim mesmo: há que ser tolerante e viver com as divergências que cada um tem; mas a maioria que sustenta este Executivo, constituída pela CDU, defende uma estatização de todos os meios de produção. Em bom rigor é isto! A maioria em gestão entende que o Estado deve ser regulador, concedente e operador. A posição que ele (Vereador da Coligação PPD-PSD/CDS-PP) preconiza não é a de que o Estado deva fazer tudo; deve sim regular e dar, também, a oportunidade aos privados de estarem neste setor. O que se oferece registar nesta temática é de que existe uma divergência clara entre a posição do PPD-PSD/CDS-PP (que representa neste órgão) e a da CDU. Estranho nestes assuntos é a posição do PS que, quando está na oposição, muda rapidamente e mostra pouca convicção em algumas das questões que leva à concretização.

Mais refere o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** que, a observância desta proposta prende-se com a EGF, S.A. (AdP – Águas de Portugal) – divisão da sociedade. Recorda a Moção (Pela gestão pública da água e dos resíduos) apresentada pelos Eleitos na CDU, na reunião camarária de 19 de fevereiro último, e que foi aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Eduardo Ferro, na qual pretendiam (CDU) poderem adquirir os 2% necessários para se tornarem detentores da maioria do capital social da AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.. Na verdade, os Municípios não estão impedidos de (todos em conjunto) concorrerem à privatização da EGF, S.A.. Se, nomeadamente, os Municípios da CDU quiserem concorrer e apresentar propostas não vinculativas para a privatização da EGF poderão fazê-lo. É bom que se perceba, porque é que a EGF, S.A., é privatizada no seu todo. E explica: o que está em causa é, precisamente, uma questão de solidariedade nacional; porque a AMARSUL e a VALORSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A., estão destinadas a um grande número de habitantes, mas repare-se na diferença do custo da recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos que é completamente diferente num grande centro urbano da zona do interior do País. E, por isso, tem de haver uma lógica de solidariedade nacional. O bolo da privatização da EGF é diferente do que seria uma privatização sistema a sistema, porque aí sim estar-se-ia a pôr em causa a coesão entre os portugueses.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** é de opinião que, para os Eleitos da CDU serem coerentes com o que defendem, deviam concorrer à privatização da EGF, S.A., e apresentar uma proposta

para aquisição do capital social desta. Não o fazendo, acontece a situação de “pescadinha de rabo da boca”. Refere-se ao camarada dos Eleitos da CDU, Bernardino Soares, que encetou em Tribunal uma providência cautelar contra a privatização da EGF, S.A., mas “parece” que não se saiu muito bem. Afirma que não há qualquer desrespeito perante a lei ou a Constituição da República Portuguesa. Trata-se meramente duma opção política. Reconhece que a opção política da CDU não seria a mesma, e isso é legítimo. Vai votar contra a presente proposta, porque a lógica que é defendida nada tem a ver com a defesa dos interesses do Município. A lógica desta proposta é o que denomina como uma lógica “de guerra política”, porque discordam da questão em si. Considera que podia fazer sentido (e aí admite que poderia reponderar a sua intervenção) porque é que depois de todas as afirmações que têm proferido (a CDU) em relação à AMARSUL consideram que é importante manter 2,88% do capital social. Esta é uma discussão que podia ser feita. A “grande” força do Município de Palmela e dos demais Municípios não é a questão do capital social como querem fazer passar, mas sim o facto de os acionistas serem clientes. Esta é a riqueza do Município de Palmela e dos restantes Municípios: o facto de serem clientes! Porque, seja com a AMARSUL, EGF, capital da administração central ou capital privado haverá sempre que considerar os Municípios, porque estes são clientes e não por estes serem acionistas! Julga que esta pode ser uma oportunidade de a Autarquia realizar ‘algum’ capital e aproveitar, na mesma medida em que o Estado vai vender, a Autarquia também vender pelo mesmo preço. Porque com a presente proposta a maioria em exercício está a dizer: “Não! Nós não queremos vender a participação que temos no capital social da AMARSUL, porque nós somos contra ‘tudo’ isto e somos a favor da estatização disto ‘tudo!’” Mas, a razão podia ser outra: “Nós até consideramos que é oportuno privatizar o capital social da EGF, mas achamos que por uma questão de melhor ‘controle’, ou para termos participação nas assembleias gerais da sociedade anónima AMARSUL e ter melhor ‘controle’ ser mais do que simples clientes.” Mas, nada disto vem expresso nesta proposta! No seu entender, esta proposta surge única e exclusivamente por causa dos interesses da maioria CDU e não por causa dos interesses de Palmela. Vai votar contra a mesma.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que os Eleitos do PS neste órgão autárquico não estão vinculados ao que o PS em termos nacionais toma como posição; o seu vínculo é com o território de Palmela, o Município de Palmela e com os eleitores que os elegeram! Esse é o primeiro vínculo. Sempre que essas vontades se encontrarem, será a consciência dos Eleitos do PS a ditar a melhor solução! Esta é uma diferenciação entre o Poder Local e o Poder Central.

Em relação à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro quando se reporta às diferenças que o PS denota quando é oposição ou quando é Governo, usando a expressão: *“Estranho nestes assuntos é a posição do PS que, quando está na oposição, muda rapidamente e mostra pouca convicção em algumas das questões que leva à concretização”*, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que estas serão, provavelmente, as mesmas diferenças que se vão sentir no PSD daqui a um ano, depois de ocorrerem as Eleições Legislativas! Admite que as diferenças estejam

indexadas à própria governação e até podem ser sentidas na CDU se, eventualmente, este partido político viesse a ser Governo. Vê estas situações com extrema naturalidade. Quanto à proposta em apreciação, oferece-se esclarecer que os Vereadores do PS não têm a menor dúvida que a posição tomada conjuntamente com a CDU, em relação à *Opção de venda da participação da Câmara Municipal de Palmela no capital social da AMARSUL*, é a melhor posição/opção para o concelho de Palmela.

Referindo-se à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o **Sr. Presidente** menciona que têm, efetivamente, visões diferentes, quer sobre modelos de organização social da sociedade. É preciso esclarecer que não é verdade a afirmação proferida pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, de que a CDU quer estatizar todos os setores. É conhecido e é público que a CDU defende que há setores estratégicos que são fundamentais para assegurar a soberania de um País e não devem estar nas mãos dos privados, dos acionistas e dos mercados. A economia não se pode sobrepor à política. Já chega! Até porque os resultados estão à vista! Têm de ser tomadas outras opções em setores que são estratégicos para o País, como sejam: os resíduos sólidos urbanos, a água, a energia e os transportes. É verdade que têm visões diferentes! Não é verdade, por exemplo, que a CDU se oponha à entrada de privados na AMARSUL, desde que seja em minoria. Aliás, no estatuto da sociedade AMARSUL já é possível a compra de ações do tipo B. O que a CDU considera inaceitável é que o Estado Português, “melhor dizendo o Governo ou os vários Governos”, através do grupo Águas de Portugal não permitam que os Municípios comprem os 2% para terem a maioria. Os Municípios não concorrem à privatização, porque não são privados. Há um paradoxo na expressão que usa. O ofício recebido na Câmara Municipal especifica que a compra pode ser feita aos outros Municípios. Mas, por que razão a EGF não faz a venda aos Municípios? Porque não fica a EGF detentora de 45% do capital vendendo o resto aos Municípios? Adianta que todos os Municípios da Península de Setúbal, independentemente da cor política, querem ter a maioria e querem controlar a empresa. A função do Estado que se limita a regular tem dado os resultados que estão à vista como, por exemplo, nos combustíveis e na eletricidade, onde o serviço é cada vez pior. Certamente que o Sr. Vereador Pedro Taleço, detentor do pelouro da Iluminação Pública, percebe como é difícil a relação com a EDP, assistindo a recuos sucessivos por parte da empresa. O acionista quer faturar! Quando a Câmara Municipal questiona a EDP acerca do compromisso assumido relativamente à elaboração de um plano de investimentos, obtém-se a seguinte resposta: “Este ano não podemos avançar com a elaboração do plano, porque temos de cumprir com os objetivos: é preciso poupar X, porque o acionista quer o capital remunerado em Y”. Este é o exemplo de uma resposta dada em reuniões que se realizaram. Que caminho é este? De facto, o plano estratégico é extremamente ambicioso para o País! Quando se refere que a entidade detentora da maioria na EGF vai ter de investir mais ... Repare-se que não vai ser assim. Quando o Município de Palmela solicitar a colocação de mais ecopontos, a AMARSUL vai desculpar-se com o rácio de ecoponto/habitante, afirmando “não temos culpa, mas, de facto, têm um concelho

muito disperso". Para a recolha da triagem à porta de casa, paga-se X. Na visita ao aterro, constata-se que a colocação de lixo que não é indiferenciado e devia ser tirado e colocado nos resíduos sólidos urbanos, pelo que será aplicada uma tarifa aos Municípios e estes, por sua vez, repercutam o valor sobre o cliente. Os Municípios consideram os Municípios como cidadãos e não como clientes. A verdade é que esses objetivos são ambiciosos mas também perniciosos. Do ponto de vista ambiental também gostava de viver no "país das maravilhas". Tais exigências só vão ser possíveis à custa dos pagadores, que são os Municípios e os Municípios. Os cidadãos é que vão ter de pagar tudo! O acionista quer ver o seu capital remunerado. Falava o Sr. Vereador Paulo Ribeiro numa lógica de solidariedade nacional, e o **Sr. Presidente** pergunta se não existem outros mecanismos de compensação para a coesão territorial, que são feitos através do Orçamento Geral do Estado. Os concelhos do interior recebem mais do que recebem os concelhos do litoral, porque os critérios são diferentes. Há um mecanismo de compensação para estes. Aliás, o Estado tem a responsabilidade de fazer essas discriminações. Não são os cidadãos da Península de Setúbal que vão ter de pagar o tratamento do lixo no Minho. Não se trata duma questão de solidariedade, como o Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere. O Município de Palmela tem hoje as tarifas mais baixas do País, mas, ainda assim, considera-as muito altas. Saberá o Sr. Vereador Paulo Ribeiro onde não há solidariedade? É que o Município de Palmela é acionista e cliente, e para participar na execução do sistema teve de pagar 70%, enquanto os restantes 30% foram provenientes de fundos comunitários. Salienta que, em outros pontos do País, a comparticipação de fundos comunitários situou-se em 70%, tendo o investimento dos Municípios sido de 30%. Quem pagou os 70% de investimento no Município de Palmela? Os Municípios que constituem a AMARSUL e os seus Municípios. Mais refere o **Sr. Presidente** que, vai começar a entrar em funcionamento o fornecimento de biogás (e pode dar lucro) e, portanto, estes sistemas começam a interessar aos privados. Os Municípios é que investiram nesse património e agora os privados ficam com ele a preço de saldo.

O **Sr. Presidente** menciona que os Srs. Vereadores deviam ler o ofício que enviou ao Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, e demais documentação que o Município tem produzido sobre esta matéria. E também deviam ler o ofício recebido desta entidade. E o Acordo parassocial? Acrescenta que os Municípios têm hoje direito a ter um Presidente na Assembleia Geral da AMARSUL e para o plano tarifário tem de haver uma comissão para avaliação das tarifas, mas estas possibilidades vão deixar de existir, pois os Municípios vão ficar relegados a um conselho consultivo que faz pareceres não vinculativos. Serão apenas "pagantes". O Estado Central pode retirar-se da AMARSUL, mas o Estado Local não deve (na sua perspetiva) retirar-se na totalidade, e devia-lhes ser permitido deter a maioria, ficando os privados como seus parceiros. Os Municípios são capazes de trabalhar com os privados em parceria, mas defendem que devem ser os Municípios a definir as regras. Há ainda uma vantagem: é a de que os Municípios, quando não estiverem satisfeitos com a forma como os seus Municípios (órgãos autárquicos) se comportam em determinada matéria, têm um

instrumento que podem usar: o voto nas Eleições Autárquicas! Se os sistemas estiveram nas “mãos” dos privados significa que os Municípios não têm nada, telefonam para o *call center* fazem a exposição/reclamação mas ninguém os vai “salvar”, nem a Deco Proteste. São aumentos, pagam, corre mal, mas para a próxima não se sabe se corre melhor... Nas Autarquias, as pessoas conhecem os Eleitos e podem responsabilizá-los; enquanto aos acionistas dos Conselhos de Administração ninguém vai pedir responsabilidades. Defender os interesses de Palmela é sinónimo da defesa dos interesses dos cidadãos. Isto é o que a maioria em exercício está a fazer: para que os cidadãos do concelho de Palmela tenham “a faca e o queijo na mão”, e quando acharem que os autarcas estão a trabalhar mal, nesta área como em outra, possam escolher outros autarcas/representantes, o que não podem fazer com os privados.

Sobre a providência cautelar, o **Sr. Presidente** refere que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, como é jurista, podia tentar “ganhar aos pontos”. É preciso atender que os Municípios que estão com esta matéria em “mãos” têm uma visão diferente da que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro defende. Há ainda outras ações que podem ser encetadas. E adianta: poder-se-á intentar uma ação de impugnação do caderno de encargos e anúncio de abertura de concurso, porque está pejado de ilegalidades. Este assunto não foi presente às Assembleias Gerais e os Municípios não foram ouvidos. O ofício recebido do gabinete do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia dita que “(...)o preço de venda por ação vai ser, no mínimo, de 9.483 euros (...) sem que tal consubstancie uma obrigação, reserva-se o Município o direito de vender à EGF a sua participação por preço inferior ao acima identificado (...)”. Neste momento, o valor situa-se em 5.000 euros, provavelmente, vai desvalorizar mais. Alguns Municípios querem criar um sistema alternativo e, nessa altura, talvez os privados pensem duas vezes se valerá a pena este negócio. É de opinião que se está a arruinar o sistema e o que Portugal conseguiu, nos últimos anos, em termos de cumprimento de metas ambientais nesta matéria. Como, também, no que se refere ao tratamento de águas (SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A.), na medida em que, com a entrada dos privados vai-se recuar ao período da Margaret Thatcher. Conhece, o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o sistema de águas em Inglaterra? Repare que Paris (França) voltou a estatizar os sistemas – remunicipalização destes. Outros países e outras cidades da Europa estão a fazer o mesmo. A prática que se quer implementar deu muito mau resultado durante 20 anos. Defende que os privados sejam parceiros dos Municípios no investimento, no que à matéria em apreciação diz respeito, como noutras, mas não podem mandar em tudo!

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** salienta que o grupo EGF tem um passivo muito grande e, por força disso, teve de recorrer ao endividamento; o que se deve aos investimentos que tiveram de ser encetados e, também, por causa das dívidas das Autarquias aos sistemas multimunicipais. Isto significa: como os clientes (que são os Municípios) não pagam atempadamente, alguém tem de pagar os custos da empresa (quer estes respeitem ao

pagamento aos trabalhadores, quer aos investimentos) e, por isso, recorreu ao crédito. Quanto mais os mercados tiverem desconfianças do Estado Português, mais caro é o crédito e mais aumenta o endividamento e o passivo da empresa. Como se acaba com esta situação? É preciso alienar o grupo EGF para não prejudicar e não contaminar todo o grupo Águas de Portugal que tem um ativo, esse sim, estratégico que é a água. Não percebe como é que os Municípios que não pagam atempadamente as faturas aos vários sistemas multimunicipais têm “agora” dinheiro para comprar o capital social – 2% -, tendo em conta que estes como clientes que são não iriam pagar a si próprios a maioria do capital social.

Sobre o ofício recebido do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** menciona que se trata, seguramente, de um ofício “normal” de quem vai privatizar a EGF, na qual os Municípios possuem zero de capital social e este é detido pela Administração Central que é parceira em vários sistemas multimunicipais e, se assim o entenderem, podem vender a sua participação social. Mas, se não quiser vender, não vende, pois está no seu legítimo direito. Devia-se ponderar no seguinte: os 2,88% nem sequer são suficientes para se pedir a convocatória de uma assembleia de acionistas!

Em relação ao final da intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o **Sr. Presidente** observa que os Municípios “de todas as cores políticas” estão unidos por isso mesmo, porque “unidos” valem 49% e têm vários sistemas, isto deve significar algo.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** usa a expressão “os Municípios unidos jamais serão vencidos”, no entanto, é de opinião que a estratégia é errada. E mais: se os Municípios estão ‘assim’ tão unidos, talvez fosse bem-vinda a concorrência dos Municípios à alienação do capital social da EGF, porque assim podiam atingir o objetivo que tanto lhes interessa, e de uma forma muito mais eficaz, do que a de comprar 2% de um ‘qualquer’ sistema multimunicipal.

Referindo-se ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o **Sr. Presidente** disse “*Sei que V.Exa. é um eminente jurista*”. Adianta que ficaria muito agradado que o Sr. Vereador lesse os pareceres dos Professores Pedro Maia e Licínio Lopes Martins (distintos professores de Direito da Universidade de Coimbra) sobre todo este processo e que, de facto, desmonta por completo o que se quer levar à prática. São pareceres solicitados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e até o Sr. Presidente Carlos Carreiras, os elogiou. A questão suscitada, relativa à dívida dos Municípios, é falsa. Passa a explicar: as dívidas estão contratualizadas e, por exemplo, a Câmara Municipal de Palmela tem a sua dívida à AMARSUL contratualizada cumprindo o respetivo plano de pagamentos. Salaria que a AMARSUL está de ‘boa saúde’ financeira: apresenta, há dois anos consecutivos, resultados positivos. A Autarquia de Palmela vai receber a remuneração relativa ao capital e que respeita a 2,88%. Aquilo que se está a comprovar é que os Municípios, durante os últimos seis anos andaram a ser “esbulhados”, ou se quiser, “desapossados” porque se confirma que a tarifa podia ser mais baixa. A questão de fundo é esta: não se fizeram os investimentos devidos; houve amortização de capital; não

houve conservação e manutenção de bens e os atrasos são da responsabilidade de outras entidades. Se tudo estivesse a funcionar, em vez dos 24,90 euros, estaria o Município de Palmela a pagar (como vem defendendo) 20,80 euros/tonelada. Por isso é que a maioria em exercício neste executivo considera que valerá muito a pena os Municípios terem a maioria: controlavam melhor o sistema e fariam, certamente, uma boa gestão; e os privados, se quisessem ser parceiros dos Municípios, em minoria, ficavam satisfeitos porque viam o seu capital remunerado na mesma. Quem dita as regras tem de ser o setor público não pode ser o setor privado, porque senão acaba-se com a política. Insiste: se forem os mercados a mandar, então acaba-se com a política.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Apoio ao Funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes: Adenda ao Protocolo de Colaboração com as Associações de Bombeiros do Concelho.

PROPOSTA N.º SMPC 01_10-14.

«Considerando que:

1. Os protocolos de apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes (GBP) atualmente em vigor, aprovados na reunião pública de 05/06/2013, têm a vigência de dois anos (2013/2014), podendo contudo ser objeto de atualização anual (cf. n.º 3 da Cláusula Quarta);
2. Devido ao agravamento da situação financeira a Câmara Municipal foi obrigada a proceder, em 2013, a uma redução da sua comparticipação para o financiamento dos Grupos Permanentes de Bombeiros, a qual correspondeu à diminuição de 7 (sete) para 6 (seis) do número mínimo de elementos afetos aos grupos;
3. Tal redução foi expressamente assumida como transitória, comprometendo-se a autarquia a repor o valor do corte efetuado no segundo ano de vigência do protocolo;
4. Apesar da redução da comparticipação financeira da autarquia as três associações mantiveram os respetivos Grupos de Bombeiros Permanentes com 7 (sete) homens;

5. A comparticipação destinada aos seguros das viaturas de emergência (n.º 2 da Cláusula Quarta) está sujeita a atualização anual, de modo a adequá-la às alterações verificadas no parque de viaturas das Associações de Bombeiros;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u) do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da adenda aos Protocolos de Apoio ao Funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, celebrados com as Associações de Bombeiros do Concelho, nos termos da minuta anexa à presente proposta, a qual formaliza as seguintes alterações ao protocolo em vigor:

1. O reforço da comparticipação destinada ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, no valor 16.124,00 € (dezasseis mil, cento e vinte e quatro euros), para cada uma das três associações. Em resultado deste reforço o montante global da comparticipação a transferir para as associações durante o corrente ano passa a ser o seguinte:

Associação	N.º (mínimo) Elementos	Valor (€)
Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela	7	112.868,00
Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo	7	112.868,00
Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura	7	112.868,00
TOTAIS	21	338.604,00

6. A atualização dos montantes das comparticipações destinadas a custear as despesas assumidas pelas Associações com os seguros das viaturas de emergência, refletindo os ajustamentos decorrentes da aquisição e/ou abate de viaturas ocorridos no ano transato, bem como, eventuais alterações da sua tipologia:

Associação	N.º Viaturas	Valor (€)
Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela	28	7.111,00
Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo	24	5.221,00
Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura	20	4.859,00
TOTAIS	72	17.191,00.»

SAÍDA DA REUNIÃO DE UM VEREADOR:

Nesta altura, ausenta-se da reunião o Sr. Vereador António Braz.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

ENTRADA NA REUNIÃO DE UM VEREADOR:

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Vereador António Braz.

PONTO 5 – Proposta de Protocolo de Colaboração com a Fertagus, S.A., no âmbito do Projeto da Academia de Proteção Civil de Palmela.

PROPOSTA N.º SMPC 02_10-14.

«A Câmara Municipal de Palmela, no domínio da atividade relacionada com a Proteção Civil e os Bombeiros, assumiu a implementação do Projeto Municipal denominado “Academia da Proteção Civil de Palmela”, cujos objetivos estratégicos são, entre outros:

- a) Promover uma maior sensibilidade às matérias da Proteção Civil;
- b) Contribuir ativamente para a prevenção dos riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultantes;
- c) Atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos, protegendo bens e valores culturais e ambientais de elevado interesse público.

Assim, considerando:

1. O manifesto interesse público na manutenção de relações de colaboração institucional entre os Outorgantes no exercício da função de proteção e socorro da população do Município de Palmela;
2. A consciência da importância que a informação pública tem na adoção de comportamentos preventivos e na minimização de situações de risco;
3. Os objetivos e domínios de atuação municipal, no âmbito da proteção civil, no que respeita:
 - a. À promoção de campanhas de sensibilização da população sobre riscos e ameaças à segurança de pessoas e bens e medidas a adotar em caso de emergência;
 - b. À promoção de campanhas de informação e formação das populações do Município, com vista à sua autoproteção e à colaboração com as autoridades competentes na matéria;
 - c. À realização de estudos, propostas e implementação de medidas de prevenção, de modo a evitar a ocorrência de acidentes graves e catástrofes;

- d. À atenuação, na área do Município, dos riscos coletivos e limitação dos seus efeitos em caso de ocorrência de acidentes e catástrofes;
- e. Ao planeamento de soluções de emergência que visem o salvamento, busca, prestação de socorro e de assistência, evacuação, alojamento e abastecimento das populações presentes no Município;

Propõe-se:

- . Que a Câmara Municipal delibere, nos termos das disposições conjugadas da Lei nº 27/2006, de 3 de julho (Lei de Bases da Proteção Civil) e da alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo de Colaboração com a Fertagus SA, no âmbito do Projeto da Academia de Proteção Civil, cuja minuta se junta em anexo.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 6 – Combustíveis rodoviários, em regime de fornecimento contínuo –
Abertura de concurso público.**

PROPOSTA N.º DADO_DFA 01_10-14.

«Considerando que o consumo de combustível é uma necessidade diária ao normal funcionamento da autarquia justifica-se a abertura de um concurso público para adjudicação do seu fornecimento.

O procedimento proposto tem por objeto a aquisição de combustível rodoviário e está repartido em 2 lotes, dependendo da modalidade de fornecimento dos mesmos: Lote 1 para o gasóleo a granel e Lote 2 para gasóleo e gasolina em postos de abastecimento públicos.

Para um prazo limite de três anos de vigência, os contratos a celebrar são de, respetivamente, 1.000.000 € (um milhão de euros) e 300.000 € (trezentos mil euros), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, constituindo estes valores os montantes máximos de realização de despesa.

Neste âmbito, **propõe-se:**

1. A abertura de concurso público para aquisição de “Combustível rodoviário, em regime de fornecimento contínuo”, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro;
2. A aprovação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos;
3. Que o júri seja constituído por:
 - Gonçalo Nuno de Oliveira Grilo Rocha Neto (presidente)
 - Maria Jacinta Merca Pereira (vogal)
 - António Manuel Delgado Simão (vogal)
 - Anabela dos Santos Henriques e Sousa (vogal suplente)
 - Noémia Cristina Rodrigues Mata Dupont Sousa (vogal suplente)

O 1.º vogal substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.»

Sobre a proposta de *Combustíveis rodoviários, em regime de fornecimento contínuo* – *Abertura de concurso público* numerada *DADO_DFA 01_10-14* intervêm:

Em aditamento à proposta, o **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que, apesar do aumento do preço do combustível e do IVA, está a haver uma tendência muito significativa na redução dos custos. Essa é, precisamente, a estratégia deste concurso.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** questiona sobre se esta redução está relacionada com a diminuição da atividade, fruto de alguns constrangimentos, ou se tem a ver com uma maior eficiência. Não lhe parece que esta última seja a razão, porque as viaturas são as mesmas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** esclarece que nos anos de 2011-2012 verificou-se uma redução do número de litros de combustível por mês (média mensal), mas a média é significativamente a mesma nos anos de 2012 e 2014, tendo havido uma redução ligeira em 2013.

Acrescenta que a redução do valor por mês é de salientar, passando-se de 29.900,00 euros; 27.600,00; 26.200,00 a 24.200,00 euros.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** observa que o número de viaturas é o mesmo, pelo que essa redução do valor não pode ter a ver com questões de eficiência; será que se prende com uma maior racionalização dos serviços ou com o decréscimo do serviço.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que há uma estabilidade do número de litros de combustível despendido. O concurso que se propõe lançar é muito mais apelativo do que o anterior, pelo que se julga poder vir a reunir boas propostas de preços.

O **Sr. Presidente** permitia-se acrescentar que a atividade está a aumentar, até porque há mais cedências de transportes ao movimento associativo, entre outras. A redução dos custos deve-se

a outras opções de racionalização, como seja, a questão do combustível a granel e o abastecimento nos armazéns da Câmara Municipal.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

GABINETE JURÍDICO E DE FISCALIZAÇÃO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Contrato de Comodato entre o Município e o Rotary Club de Palmela.

PROPOSTA N.º DADO_GJF 01_10-14.

«O Rotary constitui uma instituição filantrópica presente em diversos países, através de 32.000 clubes de rotários que promovem e incentivam padrões de ética e solidariedade, implementando projetos de melhoria das condições de saúde, de proteção do meio ambiente e de combate ao analfabetismo, à pobreza e à exclusão social.

Neste contexto, o Rotary Club de Palmela assume papel de relevo ao nível da inclusão social e do suporte de situações sociais mais fragilizadas, concretizando a sua missão em distintos projetos de que são exemplo o programa “*End Polio Now*” e várias outras campanhas como a “*Troca de Livros*” ou iniciativas destinadas à angariação de alimentos e de outros bens de primeira necessidade.

Dos contactos havidos com o Rotary Club de Palmela, e face a evidente convergência de interesses ao nível da coesão social e do bem-estar das populações, resultou a intenção do Município de encontrar, no contexto do seu património imobiliário, uma solução que permita ao Rotary Club dar continuidade ao relevante trabalho social desenvolvido no plano local, perspetivando, mesmo, o seu incremento.

Assim, consideradas as necessidades específicas daquela instituição, a escolha recaiu sobre as instalações anteriormente afetadas aos serviços de metrologia, sitas na Praça Duque de Palmela, na Vila de Palmela, termos em que, reconhecendo uma vez mais o carácter meritório da atividade rotária, se **propõe** que, nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos artigos 1129.º e seguintes do Código Civil, se delibere a celebração de contrato de comodato a favor do Rotary Club de Palmela, pelo período de 4 anos, renovável, tendo por objeto o prédio inscrito na matriz urbana sob o artigo 61, da freguesia de Palmela, avaliado em 33.650,00 €.

O referido comodato, avaliado em 3.365,00 € (correspondendo a 10% do valor da avaliação do imóvel), tem por estrito fim a utilização do imóvel supra identificado como sede do Rotary Club de Palmela, ficando aquela entidade obrigada a:

1. Manter e cuidar das instalações que passará a utilizar, procedendo à respetiva conservação;
2. Manter atividade regular, apresentando relatório anual de atividades;
3. Colaborar com a Câmara Municipal de Palmela na realização de atividades no âmbito da intervenção social;
4. Suportar todos os encargos relativos ao consumo de água, eletricidade, gás, telefone, internet e outros da mesma natureza, correspondentes ao período de vigência do contrato.

Ao Município caberá por sua vez:

1. Acompanhar a atividade realizada pelo Rotary Club de Palmela;
2. Garantir que o Rotary Club respeitará a integridade do imóvel, bem como cumprirá os deveres de manutenção e conservação.

O aludido contrato preverá ainda que o comodato ora proposto seja objeto de imediata reversão caso ao edifício seja dado uso diverso do contratualmente previsto ou se, por qualquer motivo, não forem cumpridos os compromissos a assumir pelo Rotary Club de Palmela.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Atribuição de apoio financeiro ao Palmelense Futebol Clube.

PROPOSTA N.º DEIS 01_10-14.

«A seção de veteranos do Palmelense Futebol Clube mantém uma atividade regular, realizando semanalmente jogos de futebol com equipas oriundas de vários pontos do País, especialmente dos distritos de Setúbal, Lisboa, Santarém e Leiria mas também com algumas do Arquipélago dos Açores e de outros países. Imbuídos do “espírito veterano”, estes encontros são acima de tudo momentos de convívio que se mantêm para além do jogo, contando com a presença dos atletas e do seus familiares, trazendo anualmente ao concelho centenas de pessoas.

Ao longo dos anos o clube tem granjeado uma reputação bastante positiva, sendo exemplo disso o convite recebido para a participação no IX Torneio Internacional Vila de Ribadeo a realizar, entre os dias 23 e 26 de maio, em Lugo (Galiza – Espanha), que contará com a presença cerca de 650 participantes em representação de 36 equipas.

Para além dos custos com a estadia que os participantes terão de suportar, cerca de 60€/dia/pessoa, acresce ainda o custo com o aluguer do transporte para esta deslocação de cerca de 1.500km (ida e volta), estimado em 2.720 € (dois mil, setecentos e vinte euros).

Neste sentido, e de acordo com a alínea u), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição de um apoio financeiro ao Palmelense Futebol Clube, no valor de 500,00 € (quinhentos euros), o qual se destina a comparticipar os encargos com o aluguer do transporte dos veteranos para Lugo na Galiza.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 9 – Convénio de Cooperação entre as Cidades Europeias do Vinho.

PROPOSTA N.º DCCT 01_10-14.

«Palmela foi a primeira localidade a ostentar o galardão de Cidade Europeia do Vinho, no ano de 2012, em resultado de candidatura apresentada no ano anterior à RECEVIN – Rede Europeia das Cidades do Vinho.

O êxito alcançado por Palmela foi um incentivo para que outras candidaturas dessem seguimento à iniciativa, tendo-se seguido as cidades de Marsala (Itália) e no corrente ano Jerez de la Frontera (Espanha).

Existindo laços de afinidade entre Palmela e Jerez de la Frontera, recorde-se que as Festas das Vindimas de Palmela resultaram da experiência e intercâmbio com a cidade espanhola, foi sugerida ao Ayuntamiento de Jerez de la Frontera o estabelecimento de um protocolo de cooperação na área do turismo, mais especificamente do enoturismo.

Por sugestão de Jerez de la Frontera, considerou-se a possibilidade de estabelecer um protocolo que envolvesse as cidades que até à data foram agraciadas com a denominação de Cidade Europeia do Vinho, bem como as que no futuro vierem a ser contempladas com a denominação.

Considerando que os municípios que ostentaram ou que venham a ostentar a referida denominação se encontram integrados na Rede Europeia de Cidades do Vinho – RECEVIN, foi consensualizado entre as três cidades que deveria ser aquela entidade a liderar o estabelecimento do protocolo já referenciado.

O protocolo a estabelecer visa a cooperação entre as Cidades Europeias do Vinho na promoção de intercâmbios de experiências e boas práticas no campo do enoturismo; no incentivo e apoio a projetos conjuntos de financiamento e que contribuam para a melhoria da competitividade e atratividade dos territórios; a promoção de intercâmbio institucionais com vista ao aprofundamento do conhecimento da cultura do vinho; potenciar iniciativas que promovam os 3 destinos enoturísticos e a organização de eventos culturais, gastronómicos e associados à cultura do vinho; a partilha de informações e o intercâmbio da comunicação e do marketing enoturístico.

Nesse sentido, **propõe-se**, em conformidade com a alínea aaa) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do texto do Protocolo de Cooperação entre as Cidades Europeias do Vinho, cujo texto se anexa e faz parte da presente proposta.»

Sobre a proposta de *Convénio de Cooperação entre as Cidades Europeias do Vinho* numerada 01_10-14 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** começa por referir que os Vereadores Socialistas vão votar favoravelmente a presente proposta. Contudo, não pode deixar de mencionar que há *Protocolos* e há *Cooperações* e *níveis de Cooperação*. Apesar de serem favoráveis a este avanço, que é um avanço de entendimento e de sinergias, não podem deixar de constatar que os Municípios, no fundo, não estão obrigados a nada. A definição de *convénio* diz, também, que é um contrato, mas não consegue visualizar nada que a tal se reporte. Isto porque, no *Convénio* estão definidas, meramente, um conjunto de intenções que balizam as várias ações dos Municípios, mas depois não se especifica como vão acontecer os processos de partilha. Não há obrigações no plano do investimento financeiro. Ficam na desconfiança de que este *Convénio* é a soma do que cada um faz e não a criação de sinergias investidas e que têm de ser financiadas. Os Vereadores do PS vão ficar à espera de ver os resultados deste conjunto de intenções e do nível de compromisso que cada um dos Municípios assumirá. Por ora, é apenas um conjunto de intenções simpáticas. Dá o seguinte exemplo: na questão da divulgação é especificado "(...) *incluir as ligações de cada território nas páginas web das outras partes (...)*". Isto nem precisa ser escrito, porque acontece 'automaticamente' é só preciso que alguém do departamento de informática coloque o *link*. É uma sinergia que se cria.

Acrescenta que, caso fossem os Vereadores do PS a decidir tal colaboração, seriam muito mais ambiciosos na definição dos objetivos, mesmo que não fossem muitos nem muito ambiciosos. Os objetivos são necessários para que se possa medir o seu cumprimento. Assim, fazem votos para que este *Convénio* corra bem e terão, certamente, oportunidade de falar sobre os resultados. Para já, os Vereadores Socialistas vão votar favoravelmente a iniciativa.

Referindo-se à intervenção do Sr. Vereador Pedro Taleço, o **Sr. Presidente** observa que o Sr. Vereador tende sempre a desvalorizar tudo o que a maioria em gestão vem pondo em prática

e, sobretudo, a “confundir a árvore com a floresta”. Este *Convénio* é um Protocolo que tem um conjunto de objetivos, desde logo, e o mais importante destes: - o incentivo e apoio a projetos conjuntos de financiamento que contribuem para a melhoria da competitividade. Repare-se que este *Convénio* é uma contratualização e não se trata duma iniciativa exclusivamente do Município de Palmela. Ainda na reunião de hoje, os Srs. Vereadores do PS aprovaram o Ponto 5 da Ordem do Dia, denominado “*Proposta de Protocolo de Colaboração com a Fertagus, S.A., no âmbito do Projeto da Academia de Proteção Civil de Palmela*” onde não constam as ações que a Academia vai levar à concretização. É preciso avançar por um princípio. E o exemplo concreto ditado pelo Sr. Vereador Pedro Taleço relacionado com um ato que é feito pelo departamento de informática, é necessário deixar expresso que tal procede de uma decisão política. No *site* do Município não se ‘pendura’ qualquer *link*. Opina que não vale a pena desvalorizar. O que é fundamental é que se “rege” esta relação com Jerez de la Frontera e, neste caso, a “rega” seja feita com vinho. Também sabe que se este projeto coubesse ao PS este seria feito de outra forma, e se fosse o Sr. Vereador Pedro Taleço a fazê-lo também faria diferente, ele próprio (se fosse técnico) tê-lo-ia feito diferente, mas é necessário deixar as pessoas trabalhar e os resultados depois aparecerão.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** concorda que o Protocolo é muito genérico, mas o essencial vem firmado.

Mais refere o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** que, recentemente foi publicado um estudo de uma entidade independente, dizendo que o turismo em Portugal passou a vender, mais do que pelo sol ou pela praia (que são muito importantes), mas pelo vinho. Isto mesmo deve ser valorizado: a terra, o vinho e a cultura do vinho. Trata-se duma atividade que traz muito à região e ao País. O concelho de Palmela e esta região possui ótimos vinhos e, também, ótimos bebedores de vinho. O vinho deve ser bebido com moderação e jamais ser desperdiçado. Este *Convénio* é importante, porque, neste momento, o vinho dá de comer a muitos portugueses, não só pelo vinho, mas por tudo o que lhe está associado. Há que aproveitar a oportunidade e as características que o concelho de Palmela oferece nesta área.

O **Sr. Presidente** conclui dizendo que este *Convénio* tem por base que, para cada um dos objetivos sejam encetados projetos concretos. Naturalmente, é necessário dar tempo ao tempo. Este é um contrato para se fazer um percurso, que espera seja de êxito, para os três territórios nesta área - Marsala (Itália), Jerez de la Frontera (Espanha) e Palmela (Portugal).

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro a Ranchos Folclóricos.

PROPOSTA N.º DCCT 02_10-14.

«Os ranchos folclóricos assumem um papel determinante, no âmbito do movimento associativo, pelo trabalho que desenvolvem ao nível de pesquisa e recolha etnográfica, promoção cultural e dinamização da comunidade onde se inserem, afirmando-se também como agentes de divulgação do concelho de Palmela, em Portugal e no estrangeiro.

É importante que o município assuma um maior apoio a estas estruturas associativas, que contribuem para a valorização da identidade local e para a preservação das nossas tradições.

Os ranchos folclóricos têm apresentado algumas dificuldades na continuidade do seu trabalho, nomeadamente pelas elevadas despesas com ensaios, deslocações a outras regiões, realização de festivais, pesquisa e recolha etnográfica e aquisição de trajes.

O apoio financeiro contemplará todos os ranchos folclóricos que mantêm o desenvolvimento de atividade regular, valorizando a componente formativa e de preservação das tradições junto das gerações futuras, como seja a existência de grupo infantil.

Assim, **propõe-se**, em conformidade com a alínea u), n.º 1, do art. 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoio financeiro no valor global de € 5.500,00 (cinco mil e quinhentos euros), com a seguinte distribuição:

- Rancho Folclórico "Os Fazendeiros das Lagameças" – 600,00 € (seiscentos euros);
- Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores – 600,00 € (seiscentos euros);
- Rancho Folclórico da Casa do Povo de Pinhal Novo – 600,00 € (seiscentos euros);
- Rancho Folclórico de Poceirão – 500,00 € (quinhentos euros);
- Rancho Folclórico Regional da Palhota/Venda do Alcaide - 500,00 € (quinhentos euros);
- Rancho Folclórico Regional de Fernando Pó – 500,00 € (quinhentos euros);
- Rancho da Sociedade de Recreio e Desporto da Lagoinha - 600,00 € (seiscentos euros);
- Grupo Folclórico Danças e Cânticos de Olhos de Água – 500,00 € (quinhentos euros);
- Rancho Folclórico do Grupo Desportivo "Os Académicos" da Agualva de Cima/Bairro Margaça – 600,00 € (seiscentos euros);
- Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho – 500,00 € (quinhentos euros).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro às Festas Populares de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DCCT 03_10-14.

«A Associação das Festas Populares de Pinhal Novo irá realizar, de 05 a 10 de junho, a 18.ª edição das Festas Populares.

Esta iniciativa tem vindo a assumir-se como um momento de afirmação da identidade e cultura local, sendo um ponto alto do dinamismo associativo, económico e cultural da freguesia que procura manter viva a memória das tradições caramelas e ferroviárias, sem esquecer a nova realidade de Pinhal Novo enquanto maior núcleo urbano do concelho.

Através de um amplo trabalho de envolvimento da comunidade, numa forte parceria entre a Associação e as coletividades locais, tem sido construído um programa diversificado e abrangente que torna mais rico este evento, e contribui para atrair anualmente milhares de visitantes.

O Município de Palmela, reconhecendo a importância das festas locais no panorama cultural e socioeconómico do concelho, tem vindo a assumir-se como parceiro das organizações associativas que assumem a organização destas iniciativas, prestando um apoio técnico, logístico e financeiro.

Assim, em conformidade com o disposto na alínea u), n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro **propõe-se** a atribuição do apoio financeiro, no valor total de € 12.000,00 (doze mil euros) à entidade Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, para apoio à realização da 18.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Munícipes quer intervir.

Sr. Rui Bernardo:

Começa por saudar os presentes. Reside há cerca de três no concelho de Palmela. Já teve o prazer de assistir a uma reunião de Câmara em que o Sr. Presidente da Câmara era, na altura, Vereador, tendo sido cordialmente recebido. Hoje vem apresentar os seguintes assuntos:

. A necessidade de substituição de uma conduta de água que há cerca de ano e meio tem vindo a sofrer ruturas todos os meses na rua onde reside – ‘algures’ na Carregueira;

. A rua onde mora – ‘algures’ na Carregueira não tem nome atribuído, o que lhe tem causado imensos transtornos;

. Há aproximadamente quatro anos e meio foram construídas nessa ‘rua’ seis moradias e todas possuem contador de água da Câmara Municipal de Palmela. Aquando da sua mudança de residência do Município do Seixal para o Município de Palmela deslocou-se ao serviço de Atendimento da Câmara Municipal de Palmela, localizado em Pinhal Novo, para requerer a colocação do contador de água. Logo, na ocasião, levantou-se um problema: não tinha consigo a escritura de aquisição do imóvel e como não sabia o nome da rua nada pôde fazer. Posteriormente, consultada a escritura, esta dita que o imóvel se situa ‘algures’ na Carregueira. Posto o que, mesmo na posse da escritura, não lhe quiseram atribuir o contador de água. As quatro moradias construídas possuem, todas elas, contador de água; porque razão a sua casa não tem contador? Quando comprou a casa em causa, existia uma lápide em pedra mármore pregada num poste com a denominação “Rua das Traquinices”. Segundo sabe, o construtor atribuiu-lhe esse nome, porque existia um projeto para aquele terreno – onde foram construídas as seis moradias – para ser edificado um externato a que seria dado o nome “Traquinices”, mas que foi reprovado por motivos que desconhece e, também, não lhe interessa saber. Aquilo que é do seu conhecimento, é que o construtor (dono do terreno) vendeu dois lotes e, segundo lhe disseram, não tem direito ao contador de água e ao seu abastecimento. Quando confrontou os serviços que a rua se chamava “Rua das Traquinices” apenas lhe responderam que tal nome não existe no sistema, até que explicou que, na mesma rua, residiam o jogador de futebol Yannick Djaló e sua mulher, a atriz que fez a personagem “Floribela”, pelo que conseguiu a seguinte resposta “Ah! Então está bem, vamos atribuir o nome à rua e, também, o contador da água”. A situação é, no mínimo, caricata. Traz consigo uma cópia do recibo da água que refere “morada fiscal”. Entretanto, o seu cartão de cidadão expira no próximo dia 20 de maio, e não sabe como poderá tratar da sua renovação. Há ano e meio que vem enviando *emails* para várias entidades e não tem o seu problema resolvido. A sua morada fiscal está sedeadada no Seixal e, por esse motivo não pôde, ainda, vender o seu apartamento. E é no Município do Seixal que exerce o seu direito cívico; contrariamente, habita, desde há três anos, no Município de Palmela e não pode aí exercer o seu direito de voto. A sua morada fiscal é Rua Adolfo Simões Muller n.º 15 – 5.º frente, Murtinheira, 2840-269 Seixal e a referência da instalação do seu contador, no Município de Palmela, é 46066, Rua das Traquinices, 2 – Carregueira. O facto é que, como a situação se apresenta, não consegue tratar da renovação do seu cartão de cidadão. Recorda que o Sr. Presidente Álvaro Amaro, na altura em que era Vereador teve para consigo uma postura “*cinco estrelas*” para consigo e recorda-se de ter sido levanta a

necessidade de ser pedida a cedência pública para se poder dar prosseguimento à atribuição do nome de rua. Ficou de se reunir o condomínio para averiguar da possibilidade de colocação de um portão, porque se trata duma entrada e saída pelo mesmo sítio e o Sr. Vereador Álvaro Amaro, à data, disse-lhe “não coloquem o portão sem primeiro falar comigo”. Foi altura de eleições e o Sr. Vereador foi promovido a Presidente, ao que dá o seu bem-haja! É sportinguista de clube e será até morrer, mas está à-vontade para falar para a plateia, até porque já votou em todos os partidos políticos, à exceção do Bloco de Esquerda! É militar, está reformado por invalidez, devido a fratura da cervical (esteve ano e meio paralisado) e agora que recuperou a sua mobilidade está à-vontade para falar.

O **Sr. Rui Bernardo** continua a sua intervenção, dizendo que, sempre que solicitada a intervenção dos piquetes, estes responderam e intervieram sempre com profissionalismo, quer aos telefonemas, quer à presença assídua para reparação das ruturas nas condutas de abastecimento de água. Numa ocasião em que foi recebido pela Sr.^a Eng.^a Fátima (trabalhadora da Câmara Municipal de Palmela) e a questionou acerca de a conduta não ser reparada para acabar com as constantes ruturas, esta lhe explicou que não seria possível avançar para a reparação, uma vez que só detinham em Orçamento 30 mil euros para este tipo de intervenções em todo o concelho. Lembra-se de ter feito o seguinte comentário: *“alguém fiscalizou a execução desta conduta de abastecimento de água... chame-se o construtor à responsabilidade, porque deve alguém responsável”*. Recorda-se de um *email* que enviou à Câmara Municipal de Palmela com reparo para a quantidade de vezes em que era chamado o piquete de águas e o custo que a soma dessas deslocações envolvia, a ser pago com dinheiro do erário público. No *email* expôs, também, que era morador na rua ‘sem nome’ paralela à rua do Moinho, na Carregueira, e que tinha problemas por questões fiscais, porquanto estava casado há três anos, a sua esposa detinha a sua morada fiscal em Lisboa e ele detinha a sua morada fiscal no Seixal, o que lhe estava a causar problemas em termos de IRS. Ao fim de ano e meio foi efetuada a substituição da conduta de abastecimento de água e refira-se: nunca mais se deu nenhuma rutura. Há ainda a acrescentar que uns moradores possuem alcatrão na rua, mas há uma parte que está por alcatroar.

O **Sr. Rui Bernardo** termina dizendo que gostaria de ficar a morar a longo prazo no Município de Palmela, mas, realmente, é de lamentar que estando a residir há apenas três anos neste concelho tenha graves problemas como os que antes apresenta. Todas as semanas tem de se deslocar ao Seixal para receber a correspondência que vai para a sua morada fiscal, o que lhe causa imensos transtornos; até porque veio morar para Palmela a fim de poder descansar e, afinal, não tem descanso nenhum. Muito gostaria, e é isso que vem solicitar a esta Câmara Municipal, de ver solucionado o problema que o traz a esta reunião. A questão da atribuição de topónimo é pertinente, porque, como já disse, tem problemas fiscais e urge fazer a renovação do seu cartão de cidadão.

O **Sr. Presidente** procede aos seguintes esclarecimentos:

. Sempre se insurgiu quanto à existência da placa com o nome “Rua das Traquinices”, porque não houve proposta de atribuição de topónimo, nem por parte da Câmara Municipal, nem por parte da Junta de Freguesia, nem por pedido de nenhum cidadão;

. Ainda, enquanto Vereador, apercebeu-se (mesmo antes de ter recebido o Sr. Rui Bernardo) que não se estava perante uma operação de loteamento, mas dum conjunto edificado que está ‘pendurado’ não num arruamento público, mas julga tratar-se duma serventia pública. Já anteriormente falou na afetação desse espaço para espaço público, e isto, para que possa ser tratado como rua. Tem havido uma miscelânea de comportamentos: por um lado, o caminho não é público, mas a Câmara Municipal dotou-o de infraestruturas (conduta de abastecimento de água e iluminação pública). A conduta a que o Sr. Rui Bernardo se refere e que deu problemas durante alguns anos é o que se denomina como uma rede predial, não é uma conduta destinada a ser pública, por isso é que, em tempos, chegou-se a dizer que o Município não atendia a fazer as reparações. Efetivamente a rede é privada, o que tem a ver com o facto de não ter havido ali uma operação de loteamento logo no início do processo. Numa operação de loteamento sucede que, com a emissão do alvará de loteamento estão fixadas as zonas que são do domínio público e zonas que são do domínio privado municipal. Tudo está devidamente clarificado. O início do processo em questão surgiu com um edifício único ‘pendurado’ num arruamento de serventia e, como tal não foi possível, o empreiteiro entendeu construir umas moradias (que julga) estão no regime de propriedade horizontal. Era uma estratégia que se utilizava há muitos anos. A verdade é que a Autarquia herdou um problema complicado. Adianta que, neste mandato autárquico, quem detém o pelouro da Toponímia é o Sr. Vereador Pedro Taleço e, embora sejam de cores políticas diferentes, trabalham concertadamente. Aquando da passagem dos dossiês teve o cuidado de transmitir ao Sr. Vereador a situação que, na reunião de hoje, o Sr. Rui Bernardo vem apresentar. Daí ter sido contactado no sentido de, enquanto não esteja registado o caminho público, atribuir-se a designação de Bairro Rosa, Bairro Azul, Bairro dos Tufos ou Bairro da Carregueira e resolvia-se o problema da toponímia atribuindo a cada uma das frações em propriedade horizontal um número e uma letra. Quando o topónimo estiver atribuído, os CTT (Correios de Portugal) têm condições para atribuir os três dígitos do código postal, para que possa tratar de toda a sua documentação. O assunto que o Sr. Rui Bernardo vem apresentar está bem encaminhado e amanhã, na reunião da Comissão de Toponímia, o Sr. Vereador Pedro Taleço, certamente, levará a questão. Sabe que o Sr. Vereador tem este assunto sinalizado;

. Quanto à intervenção efetuada na conduta de abastecimento de água é a prova de que valeu a pena as justas reivindicações e observações que o Sr. Rui Bernardo veio apresentando e que resultaram na priorização da obra;

. A Autarquia faz a reposição do betuminoso, uma vez que se trata duma questão mal resolvida, a decisão política é a de que se tem de assegurar o acesso.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** usa da palavra para referir que vai ser dado o devido encaminhamento à questão da toponímia, cujo pelouro detém, indo-se agilizar o mais rapidamente possível a tramitação processual necessária.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezanove horas e vinte e cinco minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco